

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARCELA PEREGRINO BASTOS DE NAZARÉ

**Ação “pela” e “na” internet: impactos dos usos das Novas Tecnologias
de Comunicação e Informação nas ações políticas do movimento
LGBT brasileiro**

Maringá
2013

MARCELA PEREGRINO BASTOS DE NAZARÉ

**Ação “pela” e “na” internet: impactos dos usos das Novas Tecnologias
de Comunicação e Informação nas ações políticas do movimento
LGBT brasileiro**

Dissertação apresentada por Marcela Peregrino Bastos de Nazaré ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de Concentração: SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS. Orientadora: Carla Cecília Rodrigues Almeida.

Maringá
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

N335a Nazaré, Marcela Peregrino Bastos de
Ação "pela" e "na" internet: impactos dos usos das
novas tecnologias de comunicação e informação nas
ações políticas do movimento LGBT brasileiro /
Marcela Peregrino Bastos de Nazaré. -- Maringá,
2014.

102 f. : il., figs., quadros.

Orientador^a: Prof^a. Dr^a. Carla Cecília Rodrigues
Almeida.

Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2014.

1. Ciências Sociais - Cultura. 2. Ciências
Sociais - Novas tecnologias. 3. Movimentos - LGBT.
4. Movimentos - LBGLT. 4. Comunicação e Informação -
ABGLT. I. Almeida, Carla Cecília Rodrigues, orient.
II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de
Ciências Humanas Letras e Artes. Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 21. ed.306.7

MGC -001136

MARCELA PEREGRINO BASTOS DE NAZARÉ

Ação “pela” e “na” internet: impactos dos usos das Novas Tecnologias de Comunicação e Informação nas ações políticas do movimento LGBT brasileiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr.ª Carla Cecilia Rodrigues Almeida
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva
Universidade Federal Rio Grande do Sul (UFRGS)



Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
Universidade Estadual de Maringá

Aprovada em: 5 de março de 2013
Local de defesa: Bloco H-35, sala 07, *campus* da Universidade Estadual de Maringá

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu irmão Luiz Gabriel. A esperança de poder abraçá-lo novamente me deu força para finalizar essa pesquisa.

Agradecimentos

A conclusão desse trabalho não seria possível se em toda minha vida não existissem pessoas que sempre me deram apoio e me encorajaram a seguir em frente, mesmo diante das inúmeras dificuldades encontradas pelo caminho. Primeiramente, gostaria de agradecer à minha mãe Ana Carla. Lembro, como se fosse hoje, da felicidade dela ao saber que eu passei no vestibular da UEM. Me recordo também do valor que ela dava a minha educação, o que era prioridade em sua vida. Sei que onde ela está, ela está mais feliz ainda por eu ter terminado o mestrado. Outra pessoa fundamental é a minha avó Nadja. Minha avó sempre me incentivou a estudar e a me preparar para a vida. Obrigada Vó.

Dentre as pessoas importantes e especiais seria impossível não falar de duas amigas e companheiras Marina Granado Orfei e Angélica Ripari. Durante todo o processo de construção desse trabalho elas estiveram presentes. Amiga obrigada pelas discussões acaloradas que trouxeram contribuições para esta pesquisa e pela vida divertida que levávamos. Marina obrigada pela paciência comigo e por agüentar o meu mau humor e ansiedade, isso vale para a Angélica também. Obrigada pelo carinho, por me ouvir e ajudar a construir as minhas ideias e por toda a ajuda técnica. Em suma, Marina obrigada por estar em minha vida.

Outra pessoa especial sem a qual esse trabalho não existiria é a minha orientadora e amiga Carla Almeida. Carlinha me acompanha desde a graduação. Seus ensinamentos acadêmicos foram fundamentais para eu me tornar uma pesquisadora e sua amizade foi indispensável para eu superar os grandes problemas impostos pela vida e prosseguir. Obrigada Carlinha. Outros amigos especiais de minha vida são Pâmella Crocco, Henrique Fornazin, Verônica Mori, Driéli, Tássia Idalgo, Gisela Genaro Rodrigues. Obrigada vocês pela amizade e pelos momentos felizes que passamos e que ainda iremos passar.

Gostaria de agradecer também a Cida Ripari, Dolores Granado Orfei, Antônio Orfei pelo carinho e por toda a ajuda nessa caminhada. Ao Junior, obrigada pela amizade, pela paciência comigo e por desculpar toda a minha “encheção de saco”. Obrigada Zuleika Bueno pela amizade e pelas contribuições a esse trabalho. Agradeço também ao Ednaldo Ribeiro pelas contribuições.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus entrevistados pelas informações valiosas sem as quais esse trabalho não teria se concretizado. Gostaria de agradecer também pela luta que fazem por uma sociedade mais democrática.

NAZARÉ, Marcela P. B. **Ação “pela” e “na” internet: impactos dos usos das Novas Tecnologias de Comunicação e Informação nas ações políticas do movimento LGBT brasileiro.** 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013. Orientadora: Carla Cecília Rodrigues Almeida.

RESUMO

Tendo em vista a importante presença das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), em especial da internet, no cotidiano dos grupos do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais) brasileiro, o presente trabalho buscou responder as seguintes questões: que impactos os empregos das (NTICs) trazem para a dinâmica organizacional do movimento? Quais mídias sociais digitais são utilizadas, como, quando e com quais propósitos são empregadas? Quais repertórios de ação o emprego da internet disponibiliza? Quais as “rotinas” de ação existentes no ciberespaço? Que resultados trazem para a ação política do movimento? Para tanto, a metodologia empregada foram entrevistas semi estruturadas com representantes dos grupos LGBTs que fazem parte da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (ABGLT) e leituras dos *sites* e *blogs* das entidades. A internet, na medida em que serve como meio e espaço para a ação política, disponibiliza alguns repertórios de ação. Tais repertórios implicam em rotinas que se dão “pela” internet, devido ao fato dos grupos a utilizarem como meio para a ação, e “na” internet, tendo em vista que algumas rotinas acontecem no ciberespaço. Com a pesquisa, foram identificados dois repertórios disponibilizados pelo ciberespaço. O primeiro é o repertório de mobilização *online*, no qual os militantes, por meio de rotinas de ação como panfletagem *online*, abaixo assinados *online*, petições públicas, *twitaço*, têm atingido e mobilizado a comunidade LGBT e a população em geral em torno de suas atividades. O segundo é o repertório de interação *online*. O *facebook*, *blogs*, *sites*, *e-mail* se configuram como recursos por meio dos quais os grupos podem ecoar seus valores, preocupações e interesses. Essas mídias também são espaços onde os grupos interagem com seu público alvo, simpatizantes, grupos do movimento LGBT e seus parceiros, tais como outros movimentos sociais, parlamentares, organizações internacionais. O repertório de interação *online* para o movimento LGBT traz impactos sobre as relações dos grupos com o seu público e a população em geral. Ao contrário do que diz parte da literatura sobre participação, novas formas de ativismo e internet, em relação ao movimento LGBT, a interação estabelecida por meio da utilização das novas tecnologias de comunicação e informação tem resultado na criação de novos vínculos, em mudanças

significativas nas relações interpessoais e em comprometimentos que geram participação *offline*. Tais mudanças estão vinculadas a uma característica específica do movimento, a dificuldade de interpelar o seu público alvo, e à ruptura da dicotomia “dentro” e “fora” do armário proporcionada pela utilização dos recursos do ciberespaço. Tendo em vista a utilização da internet pelo movimento, os recursos do ciberespaço se configuram também como esfera pública deliberativa, fato que traz como impacto para os grupos a aceleração de suas políticas e a viabilização de ações entre as entidades e parceiros da ABGLT. Além disso, por meio das mídias sociais digitais os grupos divulgam informações e notícias para o seu público e a população em geral e também complementam, aprofundam e qualificam informações sobre fatos que dizem respeito à comunidade LGBT e que foram trazidos à cena pública por outras mídias.

Palavras-chave: Movimento LGBT Brasileiro. Associação Brasileira de Lésbicas. Gays. Travestis e Transexuais (ABGLT). NTICs. Repertórios de ação.

NAZARÉ, Marcela P.B. **Action "by" and "in" Internet:** impacts of the uses of the New Technologies of Information and Communication in political actions of the Brazilian LGBT movement. 2013. 102 f. dissertation (master's degree in Social Sciences) - State University of Maringá, Maringá, 2013. Adviser professor: Carla Cecília Rodrigues Almeida.

ABSTRACT

Given the significant presence of the New Technologies of Information and Communication (NTICs), especially the Internet, in everyday movement groups LGBT (Lesbian, Gay, and Transgender) Brazil, this study sought to answer the following questions: what impacts of the jobs (NTICs) bring to the organizational dynamics of the movement? Which digital social media are used, how, when and with what purposes are employed? What repertoires of action provides the use of internet? What "routines" of action existing in cyberspace? What results bring to the political action of the movement? Therefore, the methodology used were semi-structured interviews with representatives of LGBT groups that are part of the Brazilian Association of Lesbian, Gay, and Transgender (ABGLT) and readings of websites and blogs entities. The internet, as it serves as a means and space for political action, offers some repertoires of action. Such repertoires imply routines that take place "by" internet due to the fact the groups to use as a means of action, and "on" the Internet, given that some routines happen in cyberspace. Through research, we identified two repertoires offered by cyberspace. The first is the repertoire of online mobilization, in which the militants through routines as leafleting action online, online undersigned, public petitions, *twitaço* have reached and mobilized the LGBT community and the general public about its activities. The second is the repertoire of online interaction. The facebook, blogs, websites, e-mail are configured as resources by which groups can echo their values, concerns and interests. These media are also spaces where groups interact with their target audience, supporters, groups of the LGBT movement and its partners, such as other social movements, parliamentarians, international organizations. The repertoire of online interaction for the LGBT movement brings impacts on relations with groups of your audience and the general population. Unlike says that part of the literature on participation, new forms of activism and the internet, over the LGBT movement, interaction established through the use of new information and communication technologies has resulted in the creation of new bonds in significant changes in interpersonal relationships and commitments that generate participation offline. This

changes are linked to a specific characteristic of the movement, difficult challenge its audience, and to break the dichotomy between "inside" and "outside" of the cabinet provided by the use of resources cyberspace.

Key Words: Brazilian LGBT Movement; The Brazilian Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite and Transsexual Association – ABGLT; NTICs; Repertoires of Collective Action.

SUMÁRIO

Introdução	13
Metodologia e procedimentos de pesquisa.....	14
Sobre o trabalho de Campo	21
Capítulo 1	24
O surgimento do movimento LGBT e suas “rotinas” de ação	24
Os usos das NTICs pelas organizações da sociedade civil: um debate contemporâneo.	31
Capítulo 2	39
As mídias digitais como recurso de mobilização do movimento LGBT: repertório de mobilização <i>online</i>	39
Repertório de mobilização <i>online</i> : mudanças e continuidades.....	46
Capítulo 3	52
Repertório de interação <i>online</i> : novos espaços e mudanças nas relações interpessoais..	52
Repertório de interação <i>online</i> : impactos da internet como esfera pública deliberativa sobre as ações políticas do movimento LGBT	63
Capítulo 4	68
Práticas comunicativas disponibilizadas no ciberespaço e ampliação do sistema informativo: quando não existem barreiras entre a voz do movimento e a sociedade	68
Conclusão	84
Referências	87
Anexos	91

INTRODUÇÃO

Atualmente, assistimos ao uso da internet por diversas organizações da sociedade civil. Na medida em que este uso se amplia e os recursos da comunicação digital se diversificam, um crescente número de estudiosos vem lançando luz a essas práticas e concentrando esforços para conhecê-las e compreendê-las. Muitas questões foram levantadas e já temos resultados interessantes sobre o uso dessa tecnologia da informação pelas organizações da sociedade e acerca da influência que exerce sobre as interações interpessoais, sobre a participação política, sobre a dinâmica organizacional e articulação política de algumas associações. A fim de contribuir para o aprofundamento desse debate, este trabalho tem por objetivo apresentar uma análise dos usos das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) pelo movimento LGBT¹ (Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais).

O movimento político homossexual surgiu no Brasil no final dos anos de 1970. O *Jornal Lampião da Esquina* e o grupo *Somos* de São Paulo foram as primeiras organizações de aparição pública e referências de ação política. A internet se tornou relativamente comum para alguns grupos do movimento LGBT no final dos anos de 1990. Atualmente, vem crescendo o seu uso pelos grupos do movimento e alguns representantes não conseguem pensar em realizar as ações das associações sem utilizá-la. Diante do uso da internet pelo movimento, vêm caindo as utilizações do telefone e do correio convencional.

Tendo em vista a importante presença das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, em especial da internet, no cotidiano dos grupos do movimento LGBT brasileiro, que impactos os empregos dessa tecnologia trazem para a dinâmica organizacional do movimento? Quais mídias são utilizadas, como, quando e com quais propósitos são empregadas? Quais repertórios de ação o emprego da internet disponibiliza? Quais as “rotinas” de ação existentes no ciberespaço? Que resultados

¹A denominação LGBT utilizada neste trabalho segue a fórmula recentemente aprovada pela I Conferência Nacional GLBT, referindo-se a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. A denominação por meio dessa sigla é nova. Até 1992, o termo usado era “movimento homossexual brasileiro” (MHB) e os congressos de militância eram denominados “encontros de homossexuais” (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Vale dizer que a presente denominação é aberta e sujeita a contestações, variações e mudanças.

trazem para a ação política do movimento? Neste trabalho, procuro responder a essas questões, tendo em vista as ações “pela” internet, ou seja, as mídias sociais digitais como meio para a ação política e as ações “na” internet, as quais têm o ciberespaço como espaço onde ocorrem os eventos políticos.

Com a preocupação de entender o movimento LGBT pelo uso que faz das NTICs e, portanto, responder a essas perguntas, mobilizo os conceitos de “repertório de ação” e “rotina” presentes nas obras de Tilly (1995), Tarrow (2009), McAdam, Tarrow e Tilly (2009). “Repertórios” são maneiras pelas quais as pessoas agem juntas em busca de interesses que lhe são comuns. Os “repertórios” implicam em conjuntos limitados de ações ou “rotinas” aprendidas, escolhidas e executadas pelos movimentos. Esses conceitos, neste trabalho, funcionam como formas de enquadrar as ações políticas do movimento LGBT.

Metodologia e procedimentos de pesquisa

O movimento LGBT brasileiro é composto por nove redes nacionais, sendo a maior delas a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) a qual conta, atualmente, com 273 organizações afiliadas. Esta associação é a maior rede LGBT na América Latina².

Tendo em vista que o movimento é composto por redes e a fim de representar, como nos disse Flick (2009), a relevância do fenômeno a ser investigado em termos de experiência e envolvimento das pessoas com o mesmo, tenho como amostra membros que ocupam cargos na direção da ABGLT e que representam outras associações que são filiadas à rede. No total são 10 representantes que foram encontrados em uma lista pública na internet. A amostra é baseada nos sujeitos que ocupam cargos na diretoria da

² As nove redes nacionais atualmente existentes no Brasil são: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), fundada em 1995; Articulação Nacional de Transgêneros (ANTRA), atualmente Articulação de Travestis, Transexuais e Transgêneros, criada em 2000; Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), criada em 2003; Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), criada em 2004; Coletivo Nacional de Transexuais (CNT) e Rede Afro-LGBT, criadas em 2005; Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas (Candace), criado em 2007; E-Jovem, que tem se articulado desde 2001; e Associação Brasileira de Gays (ABRAGAY), fundada em 2005 (FACHINI E FRANÇA, 2009).

ABGLT. Cabe dizer que a diretoria contempla a diversidade de gênero e orientação sexual presente no movimento.

Considerando o que nos disse Ritchi e Lewis (2003), em uma amostra não probabilística, como é o caso, as unidades de amostra são deliberadamente selecionadas para refletir particularidades de grupos dentro de uma população. No mesmo sentido, na pesquisa qualitativa as amostras são intencionais. Membros de uma amostra são escolhidos intencionalmente para representar um local ou tipo, o que garante que características importantes dos sujeitos em questão sejam incluídas. Nas palavras dos autores:

(...) the aim of qualitative research is to gain an understanding of the nature and form of phenomena, to unpack meanings, to develop explanations or to generate ideas, concepts and theories. Samples therefore need to be selected to ensure the inclusion of relevant constituencies, events, processes and so on, that can illuminate and inform that understanding. Units are chosen because they typify a circumstance or hold a characteristic that is expected or known to have salience to the subject matter

under study. We have termed this principle of qualitative sampling as the requirement for 'symbolic representation' because a unit is chosen to both 'represent' and 'symbolise' features of relevance to the investigation. This terminology also helps to distinguish a crucial difference between sampling for qualitative and quantitative enquiry in that the former is concerned with the purposive representation of 'character' and the latter with statistical representation using random selection to represent population distribution. (RITCHI; LEWIS 2003, p. 83).

Devido à heterogeneidade que conforma a população em questão, a amostra é heterogênea ou com variação máxima (RITCHI E LEWIS, 2003). Ou seja, se tenta integrar apenas alguns casos, mas que são os mais distintos, para expor a gama da variação e diferenciação no campo (FLICK, 2009). Para a pesquisa, os casos selecionados são pessoas que ocupam cargos diferentes na ABGLT e representam associações cujos públicos alvos expressam as diferentes configurações de identidade presentes no movimento. Essas configurações, sobretudo, envolvem identidade de gênero e orientação sexual. Logo, as unidades da amostra (pessoas) representam associações cujos públicos são gays, lésbicas, bissexuais travestis e transexuais. Esses indivíduos foram selecionados de acordo com essas configurações, as quais fazem com

que os sujeitos, de uma mesma população, tenham diferentes experiências sociais. Sobre a diversidade da amostra, os autores afirmam que:

Diversity is needed for two reasons. First it optimises the chances of identifying the full range of factors or features that are associated with a phenomenon. The greater the diversity of characteristics or circumstances, the more opportunity there is to identify their different contributory elements or influences. Second it allows some investigation of interdependency between variables such that those that are most relevant can be disengaged from those of lesser import (RICHI E LEWIS, 2003, p. 83).

Além de pensar na diversidade dos sujeitos da amostra em relação à identidade de gênero, orientação sexual, e aos tipos de cargos que ocupam na ABGLT, tenho uma preocupação em relação a qual entidade base esse sujeito pertence. O que procurei para representar o movimento LGBT foram pessoas que me levassem à associações/entidades/grupos/ONGs que compõem o movimento em questão. Além de cada caso ocupar cargos na ABGLT, é necessário que ele represente outro grupo do movimento que seja afiliado à ABGLT. Logo o meu objeto de pesquisa são os grupos que são afiliados à ABGLT. Segue o quadro da amostra.

Quadro da Amostra (lista pública disponibilizada na página da ABGLT)³:

Representante	Identidade de Gênero ou Orientação Sexual	Entidade a que pertence	Site ou Blog da ABGLT e das associações base
Fernando	Gay	ABGLT e Grupo Dignidade	http://www.abgl.org.br/port/index.php . http://www.grupodignidade.org.br/blog/
Jéssica	Lésbica	ABGLT e Movimento Dellas	A associação possui apenas <i>facebook</i> .

³ Os nomes dos entrevistados são fictícios.

Gabriela	Travesti	ABGLT e Grupo Igualdade-RS	http://www.aigualdade.rs.org/ (blog novo), http://igualdaders.zip.net/ (blog antigo).
Rony	Gay	ABGLT e Associação Sergipana de Transgêneros	http://www.astraglb.org.br/noticias/2008/01/31_15_13.htm
Vinícius	Gay	ABGLT e Grupo Diversidade Niterói	http://www.gdn.org.br/historico.html
Jorge	Gay	ABGLT e Centro Paranaense da Cidadania (CEPAC)	http://www.cepac.org.br/blog/
Felipa	Travesti	ABGLT e Associação das travestis da Paraíba (ASTRAPA)	http://www.astrapa.blogspot.com.br/
Caio	Gay	ABGLT e grupo CELLOS	http://cellos-mg.blogspot.com.br/
Sara	Lésbica	ABGLT e Associação Lésbica de Minas (ALEM)	Site fora do ar
Kimberly	Travesti	ABGLT e Associação de Travesti de Salvador (ATRAS)	A associação não possui <i>site</i> ou <i>blog</i> .

A pesquisa conta com duas fontes de dados, entrevistas semi estruturada e a leitura de *sites* e *blogs* dos grupos. As entrevistas têm a função de apreender a percepção que os sujeitos têm do uso das mídias digitais. Segundo Berg (2001), a entrevista é um método especialmente eficaz para coletar informação, tendo em vista determinados

tipos de perguntas de pesquisa e para endereçamento de certos tipos de hipóteses. Quando os pesquisadores estão interessados em compreender as percepções dos participantes ou aprender como os participantes dão certos significados a fenômenos ou eventos, a entrevista se torna útil. No entanto, entrevista é apenas uma das várias maneiras por meio da qual o investigador pode obter respostas para perguntas. A determinação da técnica de coleta de dados a ser utilizada é necessariamente vinculada ao tipo de pergunta de pesquisa que está sendo feita.

O foco da pesquisa com entrevista está, na maioria das vezes, na experiência individual do participante, que é considerada relevante para se entender as experiências de pessoas que compartilham uma realidade semelhante. E ainda, segundo Flick (2009), já durante a entrevista o conhecimento é produzido. Em suas palavras:

Nas entrevistas não encontramos apenas uma reprodução ou representação do conhecimento existente (que possa ser julgado por sua veracidade), mas uma interação com relação a um tema que faz parte do conhecimento produzido nessa situação (FLICK, 2009, p.108).

Tendo em vista as perguntas de pesquisa e as características da entrevista, a entrevista semi estruturada é o recurso que mais oferece meios para obter informações necessárias. Segundo Berg (2001):

Located somewhere between the extremes of completely standardized and completely unstandardized interviewing structures is the semistandardized interview. This type of interview involves the implementation of a number of predetermined questions and/or special topics. These questions are typically asked of each interviewee in a systematic and consistent order, but the interviewers are allowed freedom to digress; that is, the interviewers are permitted (in fact expected) to probe far beyond the answers to their prepared and standardized questions (BERG, 2001, p. 70).

A *semistandardized interview* conta com um número de perguntas pré-determinadas, um roteiro que possui flexibilidade, liberdade para o pesquisador divagar e ir além do que foi pré- estabelecido e das respostas obtidas, em contraste à rigidez da estrutura da *standardized interviews* (entrevista padronizada), a qual possui uma agenda estruturada de perguntas que não varia de acordo com a entrevista e o entrevistado. A estrutura da entrevista semi padronizada/semi estruturada oferece uma maior interação

entre entrevistador e entrevistado e espaço para o entrevistador esclarecer suas ideias ao longo dessa interação que, por sua vez, é dinâmica.

Outra característica importante da técnica escolhida é o uso de *sondas programadas e não programadas*. Segundo Berg (2001,p. 76),

Probing questions, or simply probes, provide interviewers with a way to draw out more complete stories from subjects. Probes frequently ask subjects to elaborate on what they have already answered in response to a given question—for example, "Could you tell me more about that?" "How long did you have that?" "What happened next?" "Who else has ever said that about you?" or simply, "How come?" (BERG, 2001).

Essas permitem aos pesquisadores um aprofundamento nos temas, uma ida às perspectivas subjetivas dos indivíduos, bem como captar sensações sobre determinado fenômeno. Além disso, por meio das *sondas* é possível saber mais sobre o que já foi mencionado.

Segundo Haven (2004), o pesquisador pode preparar uma série de tópicos ou até mesmo perguntas que devem ser trazidos para a conversa de uma forma mais ou menos sistemática ou quase natural. Ao entrevistado podem ser feitas perguntas bastante específicas, ou pode apenas ser solicitado falar longamente sobre um ou mais temas. O encontro pode ser individual ou o pesquisador pode organizar uma discussão em grupo. Há, então, dentro do estilo de entrevista uma enorme gama de variação. O ponto crucial, no entanto, é que o pesquisador organize sessões com os sujeitos da pesquisa em que o falar sobre este último, suas ideias e experiências é por iniciativa do e para o benefício do investigador.

Nessa pesquisa, as sessões de entrevista foram realizadas por meio da internet, pelo *Skype*, o qual oferece um sistema de áudio e vídeo e pelo telefone. Cabe dizer que os entrevistados se encontram em diferentes regiões brasileiras, por isso a entrevista à distância. A lista pública disponibilizada na página da internet da ABGLT oferece o nome e e-mail dos representantes, o que facilitou bastante o contato com os mesmos⁴.

⁴Ainda segundo Berg (2001), uma vez que os investigadores desenvolveram o instrumento de pesquisa e estão satisfeitos com sua formulação geral e seqüenciamento de perguntas, eles devem fazer o pré- teste da agenda. De maneira ideal, esse envolve duas etapas. O agendamento (roteiro da entrevista) deve ser criticamente examinado por pessoas familiarizadas com o assunto do estudo, técnicos especialistas ou outros pesquisadores. Esse primeiro passo facilita a identificação de questões mal redigidas, perguntas com formulação ofensiva ou carregadas de emoção, ou perguntas revelando os próprios preconceitos dos

A leitura de *blogs* e *sites* foi orientada por alguns temas. O primeiro tema é *mobilização online*. O propósito deste tema é identificar o repertório de mobilização *online* que consiste nas ações de mobilização dos grupos realizadas por meio das mídias sociais digitais e compreender os efeitos dessas ações sobre os grupos. Para tanto, as variáveis são: presença de discussão sobre demandas do movimento no *site* ou *blog* e/ou em fórum indicado pelo *site* ou *blog*; presença de discussão no *site* ou *blog* sobre as estratégias política do movimento; presença de discussão sobre as estratégias política em fórum indicado pelo *site* ou *blog*; presença de calendário de manifestações/ações no *site* ou *blog*; *site* ou *blog* como meio para divulgar ações/manifestação *online*; *site* ou *blog* como meio para a organização de campanhas/ações *online*; *site* ou *blog* como meio para convocar protestos *online*; *site* ou *blog* como meio para divulgar protestos *online*; *site* ou *blog* como meio para divulgar ações/manifestação *offline* que o grupo promove ou apóia; *site* ou *blog* como meio para convocar protestos *offline*.

O segundo tema é *relação entre participação online e offline*, a questão aqui é identificar se há relação ou conexão entre ações *online* e *offline* empreendidas ou apoiadas pelo movimento.

O terceiro é *interação online*. O propósito deste tema é identificar o repertório de interação *online* que consiste na conectividade do movimento com outros atores por meio da internet e compreender os resultados desta ação sobre os grupos. Para tanto as variáveis são: presença de *links*, *banners* e espaços que indicam relação do movimento com outros sujeitos tais como organizações religiosas, atores do legislativo, executivo e judiciário, outros movimentos sociais, partidos políticos, organizações/redes internacionais, outros grupos que representam a comunidade LGBT, grupos acadêmicos/científicos, redes de movimentos brasileiros, empresas e organizações

pesquisadores, valores pessoais ou pontos cegos. O roteiro de perguntas em questão passou por essa etapa, pois foi examinado por minha orientadora. Em seguida, as devidas modificações foram realizadas. A segunda etapa do pré-teste consiste na realização de uma entrevista real com um colaborador, a fim de avaliar a eficácia e se o tipo de informação procurada será encontrada na entrevista. Cinco perguntas, segundo Berg (2001), são importantes para nortear esse teste: 1. O investigador incluiu todas as perguntas necessárias para testar a hipótese de investigação? 2. As perguntas provocam os tipos de resposta que foram antecipados? 3. A língua do instrumento de investigação é significativa para os inquiridos? 4. Há outros problemas com as perguntas, tais como duplo significado ou várias questões incorporados em uma única pergunta? 5. Finalmente, a entrevista ajuda a motivar inquiridos a participar do estudo? Essa etapa foi realizada, via Skype, com um membro da Associação Maringaense de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais. Nesse processo alguns problemas foram encontrados e corrigidos. Posteriormente, o roteiro da entrevista semi estruturada foi submetido a outro teste, e não foram encontrados mais problemas.

governamentais; presença de *links* que levem a fóruns e/ou presença de fórum no *site*; presença de *links* que levem a *chats*; disposição de informação para público alvo e/ou voluntários/simpatizantes.

O último tema é *discutibilidade e práticas comunicativas*⁵. O propósito deste tema é identificar se existe uma articulação entre os conteúdos apresentados por outras mídias e informações presentes nos *site* ou *blogs*, e compreender os efeitos da ausência ou presença dessa articulação sobre as ações políticas do movimento.

Cabe dizer que os temas foram formulados a partir de um debate contemporâneo sustentado por autores preocupados com os temas da participação política e democracia em que a internet, seus usos e resultados são constantemente problematizados. O debate será apresentado no capítulo 1.

Sobre o trabalho de campo

Durante o processo das entrevistas algumas alterações foram feitas. Primeiramente, a amostra era composta pelos casos que compunham a diretoria executiva da ABGLT. Devido a contratempos como a não disponibilidade do entrevistado, a não resposta do mesmo ao convite de participação na pesquisa, foi necessário substituir essas pessoas por outras que responderam positivamente ao convite. Essa substituição se deu de três formas. Substituí alguns membros da diretoria por outros que ocupam cargos nas secretarias regionais, conselho de ética e conselho fiscal da ABGLT. Segui, em um caso, a indicação da 2º Suplente da Diretoria Executiva da ABGLT e em outro entrevistei um membro da associação a qual a representante da diretoria executiva pertencia. Na substituição, mantive a diversidade da orientação sexual e identidade de gênero que estavam presentes entre os que compunham a diretoria executiva da entidade, a qual é composta por 5 gays, 2 lésbicas, 3 trans (no total foram entrevistadas 3 travestis, embora na lista da ABGLT havia 2 travestis e 1 transexual).

Em relação à coleta de dados de *sites* e *blogs*, foi produzida uma tabela no *Excel* para melhor organizá-los. No total, oito páginas da internet foram pesquisadas,

⁵O conceito de discutibilidade será melhor definido a frente. Basicamente, as variáveis surgiram da leitura do livro: *Internet e Participação Política no Brasil*, 2011.

incluindo *sites* e *blogs*. As páginas pertencem à ABGLT, com a última atualização (até o momento da coleta) em 2013; ao grupo Diversidade de Niterói, com a última atualização em 2011; ao Grupo Dignidade, com última atualização em 2013; ao grupo Igualdade-RS, com última atualização em 2013; à Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA), com última atualização em 2009; à ASTRA: Direitos Humanos e Cidadania LGBT, com última atualização em 2013; ao Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (CELLOS), com última atualização em 2013; ao Centro Paranaense da Cidadania (CEPAC), com última atualização em 2013. A Associação Lésbica de Minas (ALEM), representada por Sara, possuía um *site*, porém, no momento da coleta de dados, estava “fora do ar”. A associação de travesti de Salvador não possui *site* ou *blog*.

Para dar conta das questões o trabalho está organizado da seguinte maneira: o primeiro capítulo é dividido em dois itens. No primeiro momento, irei apresentar o movimento LGBT expondo seus marcos históricos; o período de sua emergência e o contexto político; suas relações com outros atores sociais e as “rotinas” de ações executadas ao longo de sua trajetória. Para a segunda parte está reservada a apresentação de um debate sobre a utilização das NTICs pelas organizações da sociedade civil. Alguns dos conceitos expostos na discussão, como os de “participação online e offline” e “discutibilidade” serviram de norte para este trabalho e foram incorporados nas discussões desta pesquisa.

O segundo capítulo também é dividido em duas partes. Na primeira, veremos que as mídias sociais digitais configuram-se como recursos de mobilização do movimento por meio dos quais os grupos atingem o seu público e a população em geral. Conheceremos também um novo repertório de ação disponibilizado pelo uso da internet. No segundo momento, perceberemos que os usos dos novos recursos de comunicação e informação não substituem a importância da utilização de recursos tradicionais de comunicação, do contato “ao vivo” e de ações políticas existentes fora do ciberespaço.

No terceiro capítulo, formado por dois itens, será apresentado outro repertório de ação *online* e os impactos gerados a partir dele para a relação entre os grupos do movimento com o seu público alvo e a população em geral, e para a relação dos grupos com seus parceiros. Considerando os recursos do ciberespaço como esfera pública deliberativa veremos quais são os impactos da interação estabelecida nessas mídias sobre as ações políticas do movimento e sua dinâmica de organização.

Por fim, no quarto capítulo, veremos nas mídias sociais digitais utilizadas pelo movimento a formação de duas práticas comunicativas expressas por rotinas de ação fundamentais para a luta política dos grupos, tendo em vista que os recursos do ciberespaço funcionam como canal de comunicação e divulgação de informações do movimento LGBT para o seu público alvo e à população em geral, sem interferências de terceiros e de interesses que não sejam os dos próprios grupos. Por fim, veremos que o uso desses recursos possibilita ao movimento o trabalho de proporcionar à população informações mais densas sobre questões do interesse dos LGBTs que foram trazidas publicamente por outras mídias.

Esta pesquisa possui dois anexos. O primeiro contendo mais informações sobre os perfis dos entrevistados e de suas entidades base. O segundo constando o roteiro da entrevista.

Capítulo 1

1.1- O surgimento do movimento LGBT e suas “rotinas” de ação

No Brasil, as discussões que têm em foco a sexualidade têm trazido à tona temas que à primeira vista dizem respeito às minorias específicas e à vida privada. Porém, o debate é mais amplo. Discute-se o que deve ou não ser tolerado ou criminalizado, o que deve ou não receber o amparo legal e a atenção de políticas públicas. Tendo estas discussões um alcance maior, elas questionam o significado do casamento, da família, da parentalidade, da própria identidade pessoal (SIMÕES e FACCHINI, 2009).

O Movimento LGBT juntamente com o movimento feminista são agentes precursores e fundamentais do debate na sociedade brasileira sobre a ampliação do conceito de cidadania, ao incluir temas como diversidade e os direitos da sexualidade nas discussões públicas (SANTOS, 2006). Suas ações coletivas, ao reconhecerem na cidadania uma estratégia de luta, tornaram possível ir além da noção clássica de tal conceito, baseado, até então, em ideias liberais pautadas no universalismo de direitos com a suspensão das particularidades dos indivíduos; na separação da vida social entre o público e o privado, onde no primeiro encontra-se o Estado e o exercício da cidadania, e no segundo a família, o exercício da liberdade individual e a busca de interesses pessoais.

O então chamado MHB (Movimento Homossexual Brasileiro) nasceu, no Brasil, em finais dos anos 1970, como primeira mobilização política de pessoas que se identificavam como homossexuais⁶. Como aspectos importantes que conformam o cenário de sua emergência, temos o encontro de diferentes desejos e angústias de grupos que mesmo diante das diferenças ideológicas, de classe, gênero, orientação sexual, cor, seguraram a bandeira contra a ditadura e a favor da democracia e da autonomia; a

⁶ É importante dizer também que desde os anos de 1950, aproximadamente, existia em grandes cidades brasileiras o esforço de pessoas em articular e organizar lugares de sociabilidade, aglutinado principalmente homens que promoviam eventos como concurso de miss, shows de travestis e concursos de fantasias. Muitos militantes do emergente movimento homossexual viam essas movimentações como despolitizada e até mesmo “reforçadora da vergonha e do preconceito que atingiam a homossexualidade” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 63).

criação de novos partidos políticos; a anistia aos que contestaram o regime militar; o declínio da repressão às contestações de maneira geral; a abertura para um Estado democrático.

Neste cenário, estavam formadas o que podemos chamar de estruturas de oportunidades políticas. Segundo Tarrow (2009), “oportunidades políticas” são dimensões consistentes, não necessariamente formais, permanentes ou racionais do ambiente político, suscetíveis a mudanças de acordo com o contexto histórico e político que encorajam pessoas a se engajarem em embates. Essas dimensões criam incentivos para atores sociais que não têm recursos próprios agirem de forma contestatória. Para o autor, o confronto político (principal e quase sempre o único recurso que pessoas comuns têm contra opositores poderosos) é desencadeado por essas oportunidades que criam incentivos externos para a mobilização de grupos.

Segundo Tarrow (2009), as oportunidades para os desafiantes apresentarem suas reivindicações na arena pública surgem quando se abre o acesso institucional, quando há divisões nas elites, quando os aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado. A partir dessas circunstâncias, aqueles que não têm acesso regular às instituições, que não possuem recursos próprios e que agem em nome de exigências novas ou não atendidas podem adquirir recursos externos para a institucionalização de seus próprios projetos de sociedade, interesses e concepções de mundo. Portanto, a redemocratização configura um cenário de oportunidades políticas para o movimento LGBT brasileiro.

No período de sua emergência, o movimento político homossexual teve o *Jornal Lampião da Esquina* e o grupo *Somos de São Paulo* (criado em 1978) como primeiras organizações de aparição pública e como referência de ação política. O *Lampião*, cuja primeira edição de circulação restrita foi em 1978, é reconhecido hoje pela literatura que analisa a atuação política do movimento homossexual brasileiro como um dos principais meios de mobilização política em defesa da homossexualidade no Brasil.

O *Lampião da Esquina*, além de ser o primeiro jornal a tratar a homossexualidade como questão social e política e expressar em suas temáticas as reivindicações dos homossexuais da época, se configurou como importante recurso de divulgação de algumas mobilizações para outras organizações que não se localizavam no eixo Rio-São Paulo. As organizações periféricas, ao se informarem sobre a existência e atuação

de grupos em outros estados do Brasil, alimentavam-se em termos de articulação (FACCHINI; SIMÕES, 2009).

Para apresentar as ações políticas do movimento LGBT ao longo de sua trajetória mobilizo o conceito de “repertório” existente nas obras de Tilly (1995), Tarrow (2009), McAdam, Tarrow e Tilly (2009) e nas de outros estudiosos dos movimentos sociais. “Repertórios” são maneiras por meio das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses que lhe são comuns. O repertório envolve o que Tilly (1995) chama de “conjunto limitado de rotinas” que são aprendidas, compartilhadas, e executadas por meio de um processo de escolha. Os limites do aprendizado restringem as opções disponíveis para a interação coletiva e estabelece as bases das futuras escolhas (TARROW, 2009, p. 51).

Por exemplo, segundo Tarrow (2009), em 1780, na França, como forma de confrontar possíveis infratores (coletores de impostos que ultrapassavam os limites da legalidade, donos de prostíbulos) “rotinas” familiares eram utilizadas, tais como: saques, derrubadas de casas, ataques, queimas de arquivo de imposto. Nesse período, “rotinas” como demonstrações de massas, greves e ou insurreições urbanas, como barricadas, em favor de objetivos comuns não eram empregadas, pois apenas a partir do século XIX passaram a ser conhecidas.

A combinação entre a estrutura de oportunidades políticas proporcionada pela abertura democrática e o aproveitamento dela pelo movimento LGBT desencadeou algumas “rotinas” que marcaram a sua trajetória política.

O processo de abertura democrática trouxe os partidos políticos como importantes aliados influentes para o emergente Movimento Homossexual Brasileiro. Os partidos se converteram em canais para se tornar visíveis as demandas do movimento e articulá-las politicamente. Nos anos de 1990, houve uma intensificação da construção da legitimidade das temáticas LGBT em partidos tais como o PT (Partidos dos Trabalhadores) e o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados), embora o reconhecimento das questões nas políticas públicas e nos programas de governo só apareça nos anos 2000.

Esse reconhecimento, refletido nas políticas públicas e programas de governo, indica um processo de construção da legitimidade da temática LGBT nos partidos,

cujo marco é a proposição do projeto de lei sobre a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, em 1995, o qual indica as primeiras conquistas de uma “rotina” proporcionada pela abertura democrática: a articulação LGBT pela via partidária.

Somada ao processo de abertura democrática, ainda nos anos de 1990, é possível identificar outra oportunidade política, a criação do Programa Nacional DST/Aids (CN – DST/ AIDS) para o desenvolvimento e financiamento de projetos que objetivassem o combate à epidemia. Essa oportunidade contribuiu para o fortalecimento e visibilidade do movimento LGBT e deu impulso a “rotina” de participação do movimento em programas do governo.

Na década de 1980, os primeiros doentes de Aids foram identificados no Brasil. A partir deste momento, começaram a surgir insistentes conexões entre homossexualidade e Aids propagadas pelos médicos e pelos meios de comunicação que ecoavam o preconceito de políticos ligados a grupos religiosos. Dentro deste contexto, os grupos organizados da sociedade civil conseguiram dar respostas à epidemia e à articulada imagem degradante dos homossexuais ao aproveitarem a oportunidade de agir junto ao governo. Segundo Facchini, 2005:

A organização em torno das questões relacionadas à Aids tem atraído não só indivíduos em busca de informações e suporte, como também tem provido novos recursos e infra-estrutura. Os grupos têm aprendido como concorrer por fundos dos Estados e dos ministérios de saúde para educação e prevenção em relação à Aids. Em alguns casos, um escritório alugado com suporte financeiro também tem servido como um espaço de encontro para grupos gays e lésbicos locais. (FACCHINI, 2005, p. 165).

O fato dos homossexuais serem classificados como um dos “grupos de risco” acabou se transformando em justificativa da importância de traçar estratégias específicas de combate à epidemia para essa comunidade. Após o governo Collor, houve uma intensificação da relação do Estado com a sociedade civil marcada por diversas formas de cooperação entre Ongs/Aids (resposta da sociedade civil à epidemia articulada nos anos de 1980 por alguns grupos, inclusive de homossexuais) e o Programa Nacional de Aids, e pela abertura das organizações estatais para a participação da sociedade civil na implementação de atividades do Projeto de Controle da Aids e DST, mais conhecido como Aids I (FACCHINI, 2005).

O movimento LGBT, como atualmente é designado, transformou-se nos últimos anos em um dos movimentos sociais mais expressivos do país. É possível dizer que alguns traços dessa expressão são desenhados pela presença de suas “rotinas” de ações, de seus interesses, de seus aliados e da comunidade que representa em diversos espaços da sociedade.

Atualmente no Brasil, o movimento é composto por redes e grupos cujas sedes estão espalhadas pelas cinco regiões brasileiras. No Brasil temos, por exemplo, a ABGLT, ANTRA, a Liga brasileira de Lésbicas, as quais, na sociedade civil, atuam como “articuladoras” (LAVALLE; CASTELO; BICHIR, 2004), pois são organizações institucionalizadas que reúnem outras associações ou entidades civis.

As “articuladoras” e os grupos possuem projetos que, muitas vezes, são financiados por órgãos dos governos municipais, estaduais e federais. Muitas vezes, possuem vínculos dinâmicos com outros movimentos sociais, partidos políticos, organizações internacionais, com atores do legislativo, executivo e judiciário, Igrejas, academia científica, empresariado. Considero esses vínculos como “redes” formadas por atores sociais que compartilham ideais, valores, objetivos, trocam informações, colaboram e travam conflitos entre si, e muitas vezes elaboram ações políticas em comuns.

Retomando a construção da expressividade do movimento devido ao fato de ocupar alguns lugares, chegamos à rua. Nas ruas de diversos cantos do país, encontramos “rotinas” como Paradas, Caminhadas, Marchas, Pique Niques, Beijaços, festivais e mostras de arte e a apropriação de “rotinas” já existentes, desde aproximadamente 1950, como concursos de “miss gay” ou “trans”. Essas manifestações, em linhas gerais, têm o propósito de celebrar o Orgulho LGBT, promover a visibilidade da população LGBT, contestar a heteronormatividade, lutar contra a LGBTfobia e a favor do respeito, da diversidade e dos direitos iguais. Nessas manifestações, é possível identificar algumas alianças, mesmo que pontuais, do movimento com o empresariado e atores do sistema político, por exemplo.

Outra “rotina” de ação que caracteriza a atuação política do movimento LGBT é a “participação política institucional” que expressa participação do movimento no Estado e em colaboração com este no processo de elaboração de políticas públicas. Como veremos adiante, assim como a “participação política institucional” outra “rotina”

de ação do movimento é “lobbies no parlamento”. Ambas as “rotinas” fazem parte do que Abers, Serafim e Tatagiba (2011) chamaram de “repertório de interação”.

Como exemplo de “participação política institucional”, temos a elaboração do programa Brasil Sem Homofobia (BSH)⁷ contou com a intensa participação de muitas lideranças do movimento, desde as primeiras articulações em 2003, no âmbito do CNCD (Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos). Esse conselho foi instituído pelo Estado Brasileiro, a fim de construir políticas públicas para os grupos vulneráveis, por meio do decreto número 3.952 de 2001. O conselho constitui-se como órgão colegiado composto por representantes da sociedade civil e governo federal.

Em resposta à articulação do movimento, em 2005, a estrutura regimental do CNCD foi alterada passando a incorporar explicitamente a participação de membros da população LGBT. Em 2010, o governo federal instituiu nova competência e estrutura ao CNCD. A fim de potencializar as políticas públicas para a população LGBT, surge então o CNCD-LGBT, o qual passa ter finalidade de formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional voltadas ao combate à discriminação e promoção e defesa de direitos da população LGBT.

Como resultado do Programa Brasil Sem Homofobia, temos a criação de Centros de Referência, os quais funcionam em diversas capitais e interiores do país e são implantados por meio de convênios e acordos entre a Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), governos estaduais, municipais e grupos do movimento. Muitas vezes, os centros contam com trabalhos de ativistas.

Outras formas da “participação institucional” se dão por meio da participação no Conselho Nacional LGBT, criado em 2011, e em outros espaços da mesma natureza existentes nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Goiás, Paraíba, Rio Grande do Norte, por exemplo. Outra “rotina” é “lobbies no parlamento”. Quando o movimento atua na constituição de frentes parlamentares, como a Frente Parlamentar Mista pela

⁷ O BSH foi o primeiro plano de governo dirigido especificamente para a população LGBT, seja em nível federal, estadual ou municipal. A partir dele, teve início um esforço efetivo de articulação de um conjunto de ações e programas destinada a combater a LGBTfobia no âmbito do Poder Executivo.

Cidadania LGBT (coordenada pelo deputado Jean Wyllys, PSOL-RJ), e possui aliados na esfera parlamentar.

Há aproximadamente uma década, os interesses do movimento LGBT vêm sendo representados por parlamentares que se organizam em Frentes existentes nas esferas federal, estadual e municipal. Os parlamentares são responsáveis pela elaboração de projetos de leis que contemplem as necessidades da comunidade LGBT. Atualmente, um deputado federal e uma ministra se destacam na luta contra a homofobia, embora encontrem dificuldades colocadas pela bancada evangélica, são eles, respectivamente, Jean Wyllys (PSOL) e Marta Suplicy (PT).

As alianças estabelecidas pelos movimentos sociais com a sociedade política e a participação desses em esferas institucionais constitui, segundo Tatagiba (2009), a negação da tese segundo a qual é uma oposição natural a estratégia adotada pelos movimentos de não se relacionarem com a esfera institucional. Ou seja, a negação do mito presente em algumas perspectivas sobre os movimentos sociais, segundo o qual, a sociedade civil é possuidora de uma capacidade natural de confrontar o Estado, sendo assim, a única responsável pelos avanços democráticos. Nessa visão, o Estado, por sua vez, é visto como o inimigo da sociedade civil, autoritário por essência (DAGNINO, OLVERA E PANFICHI, 2006).

Ao mesmo tempo em que o movimento LGBT reconhece o Estado como interlocutor, coopera com o mesmo, atua dentro dele, transfere seus recursos humanos para secretarias e ministérios e estabelece alianças com parlamentares, também exige a formação de arenas participativas, disputa ideologias e formula críticas. Como exemplo de crítica, temos o Troféu Pau de Sebo dado de forma simbólica pelo grupo Gay da Bahia à presidenta Dilma e ao ministro da saúde, Alexandre Padilha, ao reconhecê-los como inimigo da comunidade LGBT. Dilma e o ministro foram considerados merecedores do troféu porque, respectivamente, vetaram, em 2011, o kit antihomofobia e o filmete de prevenção da Aids para gays no carnaval⁸.

⁸ Nos últimos 22 anos, o Grupo Gay da Bahia divulga o Oscar Gay, dando o Troféu Triângulo Rosa aos simpatizantes e o Troféu Pau de Sebo aos inimigos dos homossexuais. Neste ano 2012, receberam o Triângulo Rosa, dentre outros atores, os ministros do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça pela legalização do “casamento homoafetivo”. Informação retirada do site: <http://www.ggb.org.br/oscar%20gay%20ggb%202012%20lista%20completa.html>, do Grupo Gay da Bahia.

Como foi visto, o surgimento de novos “repertórios” e “rotinas” de ação está relacionado à estrutura de oportunidades políticas e ao aproveitamento delas pelos movimentos sociais. Esse aproveitamento também depende de recursos materiais de mobilização. Parto do princípio de que as novas tecnologias de comunicação e informação são um dos recursos para a ação política e considerando as oportunidades políticas advindas do processo de redemocratização quais “repertórios” e rotinas de ação são disponibilizados no ciberespaço?

Pouco se sabe sobre a articulação política do movimento LGBT via internet, sobre as “rotinas” de ação que acontecem no ciberespaço e os impactos que essa nova estrutura comunicacional trouxe para a organização dos grupos, para suas atividades e capacidade de intervenção nas políticas públicas. Sabe-se que o uso desse recurso está disseminado entre as organizações da sociedade civil, e o movimento LGBT, especificamente, cresceu com a internet, muitas organizações surgiram quando a internet já existia e grupos já existentes não imaginam a realização de suas ações sem o uso dessa tecnologia.

Tendo esse cenário como pano de fundo e a fim de entender o movimento LGBT pelo uso que faz das NTICs, principalmente, da internet, quais são os impactos que o uso da internet traz para a sua dinâmica organizacional? Quais mídias são utilizadas, como, quando e com quais propósitos são empregadas? Que resultados trazem para a ação política do movimento? Que tipos de repertórios o emprego da internet disponibiliza?

1.2- Os usos das NTICs pelas organizações da sociedade civil: um debate contemporâneo

Os usos das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação pelas organizações da sociedade civil e seus impactos na esfera política tem sido objeto de uma bibliografia crescente, embora grande parte dos estudos seja realizada por cientistas da informação

ou áreas afins. Nos estudos das ciências sociais, desde os anos 1990, a utilização da internet pelas organizações da sociedade civil, ganha, cada vez mais, visibilidade devido aos impactos que trouxe para a estruturação de suas ações, para suas próprias dinâmicas de organização.

Existe um debate contemporâneo sustentado por autores preocupados com os temas da participação política e democracia em que a internet é um elemento indispensável, e seus usos são constantemente problematizados. Por meio do mapeamento de questões e problemas que se fazem presentes no debate, foi possível identificar alguns tipos de “repertórios” de ação e “rotinas” sucedidas ao emprego da internet pelas organizações da sociedade civil.

Podemos considerar como primeiro repertório de ação *a interação online com atores da esfera política tais como partidos políticos, representantes do legislativo, executivo e judiciário e com demais atores e organizações da sociedade civil, por meio das mídias sociais presentes no ciberespaço*, o qual é fundamentado pelo o que nos disse Maia (2011).

Para Maia (2011), no Brasil, os anos de 1990 foram marcados pelas primeiras indagações sobre as possíveis potencialidades e impactos da internet na esfera política. O debate foi permeado por entusiasmo com os novos recursos proporcionados pela rede mundial de computadores para “aumentar a participação democrática, fortalecer as organizações da sociedade civil e revigorar a democracia” (MAIA, 2011, p. 67).

Os estudos realizados tinham como foco o “potencial” das novas oportunidades de participação oferecidas pela internet. A partir dessa perspectiva Maia (2011) lista alguns benefícios. Os cidadãos teriam maiores possibilidades de acessar seus representantes e os serviços do governo; os grupos sociais poderiam “revigorar a esfera pública”, por meio dos novos recursos (mídias sociais) para a conectividade e interação online, tais como fóruns, salas de bate papo, conferências em escala transnacional; movimentos sociais por meio da facilidade de comunicarem-se entre si e com o público em geral, sem as dificuldades impostas pelos custos e por características próprias das mídias tradicionais, poderiam aperfeiçoar suas dinâmicas de organização e atuação.

Outro repertório é a *Mobilização Online*. Para Garcêz (2011), a dinâmica social ocupa novos espaços, incorpora tecnologias, utiliza a internet como ferramenta em seu processo de mudança e construção de sentido:

Desde os mais elaborados procedimentos de participação em decisões governamentais até as discussões mais rotineiras sobre o bem comum, tudo isso pode ser encontrado na rede, cada um a seu modo (GARCÊZ, 2011, p. 231).

As mídias sociais tais como blogs, microblogs, ou sites de relacionamento constituem um importante ambiente em que muitos processos políticos da sociedade contemporânea acontecem. Tendo em vista essa compreensão, a autora analisou o papel de “rotinas” como conversações políticas no Orkut vistas como instrumental das lutas por reconhecimento de minorias identitárias, no caso pessoas surdas que se comunicam por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Durante a investigação, verificou o modo como as lutas por reconhecimento dos surdos se desdobram na discussão realizada em um fórum localizado em uma comunidade virtual.

Silva, Filho e Araújo (2011) buscaram discutir sobre as características das mídias sociais presentes na internet, tendo como foco seu uso enquanto meio de organização e o compartilhamento de informações por redes de movimentos sociais engajados no “ciberativismo”. Tiveram como objeto de análise a mobilização de usuários das mídias sociais em torno do apoio aos manifestantes do Egito a fim de retirar do poder o ditador Hosnimubarak.

Os autores tiveram a intenção de compreender como algumas mídias sociais foram utilizadas enquanto meios de mobilização dos indivíduos em torno do movimento social no Egito. A grande questão da pesquisa foi: De que maneira o uso das mídias sociais contribuiu para as manifestações no Egito? As seguintes respostas foram obtidas: A convocação para os protestos no Cairo a partir das mídias sociais atingiu não só a população local, mas fez com que a informação chegasse a pessoas de várias partes do mundo, que acompanhavam os acontecimentos pelas mídias tradicionais de massa e pelos vídeos postados no *Youtube* por manifestantes. O *Twiter*, por sua vez, serviu para

informar em tempo real o que estava de fato acontecendo, no intuito de evitar possíveis distorções por parte da mídia tradicional. Por fim, o *facebook* permitia a organização de campanhas em apoio aos manifestantes. O uso dessas mídias sociais trouxe o apoio de quem assistia de longe o conflito.

A partir do que nos disse Silva, Filho e Araújo (2011), podemos pensar na relação entre participação online (“rotinas” de ações que utilizam a estrutura digital, como abaixo assinados online, convocação para protesto, etc.) e participação offline (“rotinas” de ações políticas que não as emprega, com manifestações de rua, audiências públicas, etc.). Maia (2011), tendo em vista que a internet deve ser entendida como integrada ao cotidiano das pessoas, suplementando as interações face a face e o uso de outras tecnologias, afirma que as primeiras análises sobre os efeitos da comunicação digital tendiam a focalizar apenas as comunidades virtuais e havia pouco esforço para investigar a interconexão entre práticas que utilizavam a estrutura digital e as que não as empregava.

Segundo Maia (2011), estudos empíricos têm mostrado que o uso da internet está relacionado a um intenso envolvimento organizacional e político offline. Para Pereira (2011), as tecnologias de informação e comunicação favorecem a ação política quando os indivíduos já possuem interesse pelas causas em questão, tendo em vista que existe uma associação positiva entre pessoas bem informadas e participação política.

A partir do que nos disse Maia (2011), podemos pensar que é comum a interconexão entre os tipos de participação online e offline se focarmos nas atividades recentes dos movimentos sociais. Trazendo o exemplo do que aconteceu no Cairo, manifestantes utilizavam as mídias sociais para convocar (participação *online*) a população para protestos (participação *offline*).

Ainda em termos de mobilização, Gomes (2011) aponta um conjunto de preocupações que trabalha com as diferenças entre a participação política em geral e a participação que se dá mediante a internet, seja aquela em que os recursos são acessórios e complementos das modalidades tradicionais ou outra em que os recursos da internet são meios e instrumentos essenciais para a sua existência. Segundo o autor, é possível determinar uma escala sobre o que diz respeito à participação política via internet onde essas duas dinâmicas estão representadas como pólos. De um lado a participação política em que a internet (ferramentas, linguagens, os produtos, os

aparelhos, e as máquinas de conexão digital) é instrumental, e de outro, a participação civil em que a internet é essencial.

Segundo Maia (2011), a internet tem facilitado a organização de redes com estruturas flexíveis, redes que se formam por meio de vínculos horizontais e conexões entre diversos elementos autônomos. “Muitas delas possuem vínculos associativos relativamente fluídos e coordenação descentralizada” (MAIA, 2011, p. 74).

Mitre, Doimo e Maia (2003) identificaram as redes eletrônicas como outro tipo de mobilização no ciberespaço. Como exemplo, as autoras citam a DH net, uma rede sem fins lucrativos, que além de funcionar como portal de informações, oferece espaço gratuito para que diversas ONGs que integram o movimento pelos direitos humanos troquem experiências, informações, construam relações virtuais horizontalizadas e compartilhem “valores éticos políticos”.

Segundo as autoras, a rede cibernética funciona como recurso de articulação ou de “costura interna” de movimentos localizados e fragmentados. Ela reúne em um único “espaço” diversas organizações distantes geograficamente que, ao compartilharem determinados “ethos” ou valores travam alianças importantes o que multiplica suas forças e capacidades de pressão nas decisões políticas. As redes também proporcionam visibilidade e reconhecimento público às organizações de pequeno porte, quando vinculadas a elas. Nas palavras das autoras:

[...] é mais provável que um internauta nordestino ou paulista se depare com a página do Centro de Direitos Humanos da Grande Florianópolis ao visitar a Enciclopédia Digital de Direitos Humanos, do que venha a casualmente encontrá-la, ao navegar na web. Seguindo a mesma linha de raciocínio, uma ONG da cidade de Natal, por exemplo, pode aprender da experiência de outras, sediadas no Rio de Janeiro ou em Cristalândia. Projetos e campanhas inteligentes, quando propagados via Internet, não apenas encontram novos adeptos ou colaboradores, como também passam a ser reproduzidos em outras localidades, ganhando maior legitimidade (MITRE, DOIMO E MAIA, 2003, p. 86).

Nesse caso, fazer parte de uma rede virtual significa expandir seu campo de influência do grupo. O ambiente rápido e interativo da internet diminui os custos financeiros e temporais do fazer política. Ao aproximar sujeitos políticos permite que

troquem informações de maneira ágil. Quanto à visibilidade da organização e de suas ações, é possível adquiri-la por meio de baixo custo financeiro e em tempo recorde.

Os links presentes em blogs e sites de organizações foram apontados por Penteadó, Araújo e Burgos (2011) como unidades importantes que indicam a relação em redes no ciberespaço. Essas unidades que levam a sítios de outros grupos e instituições podem indicar parcerias, por meio das quais informações são compartilhadas e ações comuns são traçadas e efetuadas.

Segundo Lycaridão (2011), os atores sociais se valem da “espetacularização”, formas expressivas de comunicação para fazer com que suas contribuições possam ganhar visibilidade e conquistar os interesses de vários cidadãos, difundindo, em certa medida, seu discurso. Dentre as circunstâncias que podem tornar possível essa possibilidade estaria a articulação de “táticas espetaculares de comunicação juntamente com o emprego da comunicação digital” (LYCARIDÃO, 2011, p. 259). A primeira teria como função a conquista de visibilidade pública para determinado fato, e a segunda teria a função de oferecer para parcela da população que foi afetada pela notícia (espectadores) informações mais densas, que possibilitassem uma melhor compreensão e elaboração de juízos sobre o que foi mostrado na mídia tradicional.

Nesse caso, a comunicação digital se daria por meio de sites, como foi o caso do portal do Greenpeace, um dos recursos discursivos do autor. Uma das questões que colocou foi: “O âmbito digital de comunicação institucional do Greenpeace oferece níveis mais densos de discutibilidade, de modo que permita aos espectadores realizar um aprofundamento em termos de interpretação da questão que foi trazida à cena pública política?” O autor entende por discutibilidade, elementos discursivos ou informações disponíveis nos sites para o público com o objetivo de proporcionar ao mesmo um aprofundamento em questões caras para determinado movimento, questões que outrora ganharam visibilidade nas mídias tradicionais. Ou seja, “formas críticas – racionais argumentativamente justificada de comunicação” (LYCARIDÃO, 2011, p. 260).

Lycaridão (2011) parte da premissa de que a internet não deve ser compreendida de modo dissociado da comunicação de massa. Para o mesmo, é oportuno observar que a comunicação de massa e a internet tem se mostrado cada vez mais compatíveis. Para tanto, bastaria uma simples consulta aos sites de maior acesso para verificar que uma

significativa parte dos mesmos é formada por extensões e “novas” versões dos produtos das mídias tradicionais. No entanto, argumenta o autor, muito mais que uma simples transferência tecnológica, é possível observar que os *sites* estão próximos e ligados a outras práticas comunicativas.

O autor levanta a hipótese de que a internet seria um dos principais ambientes que vem sendo utilizado para reestruturar o sistema informativo contemporâneo, de maneira ampliar esse sistema. A ampliação do sistema informativo em relação às práticas massivas de comunicação se configura para o autor como “peça conceitual” para entender o papel que a internet exerce na comunicação política contemporânea.

Esse papel facilita a realização de “montagem dos materiais do sistema informativo para a constituição de debates públicos”. No contexto da ampliação do sistema informativo possibilitado pela internet, essa “montagem” ocorreria quando os telespectadores da comunicação das mídias tradicionais, ao conhecerem determinadas “discussões”, “controvérsias” e “acontecimentos políticos” que se tornam públicos por essas mídias, a fim de se aprofundarem nas questões, utilizariam os *sites* e tais fontes dos atores políticos envolvidos. Com isso se daria a complementaridade das fontes de informação. Nesse processo, os usuários encontrariam a oportunidade de se apropriarem de uma quantidade extensa de discutibilidade (LYCARIDÃO, 2011, p. 262).

Anteriormente, segundo o autor, os atores da esfera civil organizada não tinham a internet para disponibilizar para a audiência da comunicação de massa suas opiniões sobre os assuntos e problemas políticos, o que dificultava a “montagem de debate público”. No entanto, reconhece que havia e há disponíveis veículos tradicionais de informação que permitem a realização de tais funções, por exemplo, cita o jornal impresso de sindicatos. Porém, salienta que esse não traz “a mesma facilidade, velocidade de atualização, economia e ampla acessibilidade que a internet permite” (LYCARIDÃO, 2011, p. 262).

Durante a leitura do portal do Greenpeace, encontrou uma notícia produzida pela organização que trazia suas próprias impressões sobre o acontecimento publicado em uma mídia tradicional. No texto, o pesquisador encontrou *links* que se apresentavam como fontes de informações adicionais, as quais geravam um entendimento mais amplo sobre a ação e as reivindicações da entidade. Segundo o autor, os *links* pareciam com o intuito de gerar as oportunidades para que o cidadão se aprofundasse no tema, o que se

configurou como o indício do “sistema informativo ampliado”. A página de comunicação digital da entidade tornou mais densa os padrões de discutibilidade oferecidos pelas matérias da mídia tradicional.

Para Lycaridão (2011), no caso anterior, evidencia-se um caminho de sustentação do debate público por parte do âmbito digital. O âmbito interacional do Greenpeace acompanha de modo atualizado e dinâmico as entradas discursivas que a entidade consegue na mídia tradicional e permite o aprofundamento dessas notícias. Contudo, o autor salienta que esse estudo não deve levar a generalizações, pois diferentes atores políticos tendem usar de formas distintas as ferramentas digitais de comunicação. Nesse sentido, os atores irão utilizá-las de acordo com a motivação, competência e interesse que possuem em sustentar debates na esfera pública.

Esse debate orientou o roteiro de entrevista semi estruturada e a leitura dos blogs e sites das entidades pesquisadas. Por meio dele foi possível apreender alguns conceitos tais como o de “participação online”, “participação offline” e “discutibilidade” que serão incorporados nessa pesquisa. Foi possível perceber também alguns repertórios de ação que sucederam à utilização da internet pelas organizações da sociedade civil. Esses repertórios, como veremos mais adiante, também fazem parte das ações políticas do movimento LGBT.

Capítulo 2

2.1- As mídias digitais como recurso de mobilização do movimento LGBT: Repertório de mobilização online

Cada vez mais, grupos do movimento LGBT vêm utilizando a internet em suas lutas por direitos. Todas as associações analisadas nesse trabalho utilizam os recursos do ciberespaço em seu cotidiano. Algumas associações vêm incorporando mais essa tecnologia do que outras e parte dos militantes ainda está aprendendo a lidar com os recursos do ciberespaço.

O ciberespaço tem significado uma via importante por meio da qual os movimentos sociais atingem pessoas que podem vir a compartilhar de seus valores e contribuir com suas ações. Diante de um cenário de escassez de recursos financeiros, humanos e temporal, a utilização da internet pelo movimento LGBT reduz os custos da participação política, ao disponibilizar um novo repertório de ação.

Podemos entender que a utilização dos recursos do ciberespaço movida pelo propósito de mobilização do público LGBT e da população em geral, traz como impacto para a prática política dos movimentos sociais, inclusive para o movimento LGBT, o que Pereira (2011) chamou de “aceleração da política”.

Por meio das entrevistas e leitura de *sites* e *blogs* dos grupos, pude perceber os usos que o movimento faz da internet e de suas mídias sociais. Foi visto que alguns propósitos de uso de mídias como *facebook*⁹, *blog*, *e-mail* são recrutar voluntários e mobilizar a população para eventos do movimento.

Segundo Jorge, representante do Centro Paranaense da Cidadania (CEPAC), a associação tem utilizado muito o *facebook*, e com menos frequência o *twitter*¹⁰ e o

⁹*Facebook* é uma rede social na qual as pessoas interagem umas com as outras, disseminam informações por meio de fotos, vídeos, texto e emitem suas opiniões. O *facebook* também pode ser um espaço de entretenimento.

¹⁰*Twitter* uma página individual onde é possível transmitir informações em tempo real.

*Orkut*¹¹, o qual considera ter caído um pouco em desuso. Por meio desses recursos, o grupo mobiliza a população e atinge as pessoas. O *facebook*, assim como o *e-mail*, *twitter*, *blog* dentre outras mídias tornam a comunicação e disseminação de informações mais rápidas, o que é fundamental quando faltam recursos humanos para a ação política, como é o caso CEPAC. Segundo seu representante, existe um número reduzido de pessoas que trabalham no grupo e se fossem utilizados materiais gráficos para atingir a população, não conseguiriam atingir a pequena parcela de pessoas que atinge com os recursos da internet.

Nesse contexto, os recursos da internet representam meios de mobilização. Neste caso, temos “a participação política que se dá mediante a internet na qual as ferramentas, linguagem, os produtos, os aparelhos e as máquinas de conexão digital são instrumentais” (GOMES, 2011).

O CEPAC e outras associações utilizando o *facebook* atingem a população por meio do que podemos chamar de “rotinas” de ações *online*, como a divulgação e convites para eventos como a Parada, III Marcha Nacional Contra a homofobia, festas dos grupos, dentre outros.

Outro exemplo interessante do uso dos recursos digitais com o objetivo de divulgar eventos e atrair pessoas é a “panfletagem virtual” feita também pelo *facebook*. Segundo Rony, a ASTRA não utilizava a internet como vem utilizando nos últimos anos. Por exemplo, para a mobilização da Parada do ano passado o *facebook* não foi utilizado. Para o ano de 2012, a promessa era usá-lo e disponibilizar por meio dele toda a programação das Paradas do estado de Sergipe. Na avaliação do militante, a internet é utilizada cada vez mais pelo grupo. Além da panfletagem e colagem de cartazes na rua, a promessa é usar o *Orkut* e o *facebook* a fim de disponibilizar o material impresso online e fazer uma “panfletagem virtual”.

A “panfletagem virtual”, prática que vem se tornando recorrente para o movimento LGBT, é uma reconfiguração de uma ação política já existente, a panfletagem *offline*, e o *facebook*, neste caso, funciona como meio e espaço no qual é possível realizar tal ação.

¹¹Orkut é uma rede social que está caindo em desuso. Atualmente, o facebook, para algumas pessoas, vem substituindo o Orkut. O Orkut, assim como o Facebook, é uma página individual onde as pessoas interagem umas com as outras, disseminam informações por meio de vídeos, fotos, textos e emitem suas ideias e opiniões sobre fatos. O Orkut pode ser um espaço de entretenimento.

Não sabemos quais os resultados e impactos da “panfletagem virtual” para a ação *offline* do movimento, a Parada de Sergipe. Não sabemos quantas pessoas compareceram à Parada, se a Parada de 2012 reuniu mais pessoas do que a de 2011 e se o *facebook* contribuiu para o crescimento do número de participantes no evento. Diante da falta de dados empíricos que confirme o impacto da internet sobre tal ação *offline*, torna-se necessária outra pesquisa. O que podemos afirmar, neste momento, é que a internet, na medida em que serve como meio e espaço para a ação política disponibiliza um novo repertório de ação para o movimento LGBT, um repertório de mobilização *online*.

Por meio da leitura de *blogs* e *sites* dos grupos pesquisados foi possível encontrar outros exemplos de novas rotinas de ação. Antes da exposição, cabe um importante parêntese. Nem todas as associações cujos representantes foram entrevistados possuem *site* ou *blog* e nem todos esses recursos, quando existem, são atualizados. É necessário diferenciar as associações que possuem sites, pois ter um domínio (registro que é pago) distingue os grupos quanto a seus recursos financeiros, os quais são necessários para o acesso e utilização dos recursos do ciberespaço.

O Grupo Dignidade, grupo base do presidente da ABGLT, tem domínio. A ABGLT tem domínio. O GDN possui domínio. A Igualdade-RS possui domínio. A ASTRA- Sergipe possui domínio. O CEPAC possui domínio. O CELLOS e ASTRAPA não possuem domínio.

A não atualização dos *blogs* e *sites* está vinculada a uma série de fatores. Primeiro, à falta de recursos financeiros. Quando a associação está sem financiamento de projetos ela não tem como alimentar o *site* ou *blog*, pois a maioria das vezes isso é feito por pessoas que trabalham no projeto ou por profissionais especializados que são contratados pelo movimento. Segundo, à falta de recursos humanos, no caso ausência de voluntários. Em terceiro, à falta de capacidade técnica das pessoas e a não inclusão digital. Quando perguntei a Kimberly, representante da associação de Travestis e Transexuais de Salvador, se associação base a qual pertencia possuía um *blog* ou *site*, ela me disse que não e que associações que possuem tais ferramentas têm uma dificuldade enorme de alimentá-las cotidianamente. Segundo a militante, os motivos principais são:

A falta de técnica mesmo das pessoas. Como te disse, para se utilizar as redes sociais, *Orkut*, *facebook*, *e-mail*, isso é muito fácil. Já pra

construir um blog e alimentar um blog já depende um pouco mais de um treinamento, de uma capacitação para que possa fazer isso com mais rapidez, e isso ainda falta muito nas associações, principalmente nas associações de travestis. Por isso, a criação desses instrumentos que seriam importantes também para a comunicação e divulgação de ações eles ainda são muito poucos, poderia ser de muito mais rapidez, se as pessoas estivessem mais capacitadas e incluídas para saber como fazer esses processos de criar *blog*, *sites* e coisas assim (Palavras de Kimberly).

Kimberly também falou da falta de recursos humanos quando disse que sua associação é composta por um grupo pequeno e isso devido ao fato das travestis estarem iniciando na militância.

A falta de recursos para ter ou manter um *site* atualizado ou mesmo ter um *blog* está relacionado ao que nos disse Norris (2002):

The internet is fostering new opportunities for civic engagement, and, as argued elsewhere, the new technology provides an environment most conducive to social movements with the organizational flexibility, resources, and technical know-how to adapt (NORRIS, 2002, p. 212).

A internet, mesmo oferecendo oportunidades para o engajamento cívico, ao possibilitar um ambiente para informação, comunicação e mobilização, não tem seus recursos disponíveis a todos e todas. É necessário, para aproveitar as novas oportunidades de participação pela internet, ter recursos como tempo, educação e dinheiro. Por isso as novas tecnologias oferecem um desenvolvimento mais propício para movimentos sociais com mais recursos e saber técnico.

Retomando o repertório de mobilização *online*, devido ao fato da internet funcionar como meio e ambiente para a ação política, ao adotar como unidade de análise *banners* e *links* que divulgam ações *online* e *offline* do movimento ou apoiadas pelo mesmo, foram encontradas nos *sites* e *blogs* outras rotinas que compõem o repertório.

As rotinas divulgadas e que fazem parte do repertório de mobilização *online* são: o abaixo assinado *online* a favor da criminalização da homofobia, a votação digital para a aprovação do PLC/122¹², a petição pública *online* “Estatuto da Diversidade Sexual”,¹³

¹² Projeto de lei que criminaliza a homofobia.

a petição criada pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) contra o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 234/11, mais conhecido como “cura gay”, e o “Twitaço” em prol da III Marcha Nacional Contra a Homofobia, com a *hashtag* #OCUPAPLANALTO.

Como nos disse Garcêz (2011), as mídias sociais, sejam *blogs*, *micro blogs* ou *sites* de relacionamento, constituem um importante ambiente em que muitos processos políticos acontecem. Tal dinâmica é observada no movimento em questão. As mídias digitais, além de serem utilizadas como meio para divulgar ações políticas *online*, compreendem-se como ambiente em que essas ações políticas ocorrem. Este é o caso do *site* da campanha Não Homofobia, do *facebook*, e o *twitter*. A seguir, algumas imagens da divulgação das ações políticas *online*.

Figura 1- Página do grupo GDN, a qual disponibiliza o *banner* em amarelo que divulga o abaixo assinado eletrônico a favor da criminalização da homofobia.



Fonte: <http://www.gdn.org.br/foto.html>

¹³A Petição pública online tem como objetivo colher assinaturas necessárias (1% do eleitorado nacional) para apresentar o projeto do Estatuto da Diversidade Sexual por iniciativa popular. Trata-se de um projeto que concede direitos, criminaliza a homofobia e prevê políticas públicas. Para mais detalhes acesse: <http://www.direitohomoafetivo.com.br/uploads/5.%20ESTATUTO%20DA%20DIVERSIDADE%20SEXUAL%20-%20texto.pdf>.

Figura 2- Página do grupo CELLOS utilizada para trazer informações e divulgar a petição *online* “Estatuto da Diversidade Sexual”.

The screenshot shows a web browser window displaying the CELLOS website. The page features the CELLOS logo (a rainbow bar) and the text 'Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais'. A navigation menu includes links for 'Início', 'Sobre nós', 'Denuncie', 'Precisa de ajuda?', 'Agenda', 'Como ajudar?', 'Contato', and 'Links'. The main content area is titled 'Sede sexta-feira, 1 de junho de 2012' and 'Campanha para apresentar o Estatuto da Diversidade Sexual por iniciativa popular'. It provides contact information for the Belo Horizonte office, including address, phone, and email. A central graphic shows the 'Estatuto da Diversidade Sexual' logo with the slogan 'Assine essa ideia!'. Below this, there is a search bar and a 'Pesquisar neste blog' section. The right sidebar contains a 'Pesquisar neste blog' field, an 'Arquivo de postagens' dropdown, and a list of 'Assuntos' such as 'Cellos em Ação (15)', 'Direitos Humanos (13)', 'Educação (1)', 'Eventos (7)', 'Homofobia (4)', 'Nossas Lutas (2)', 'Opinão (1)', and 'Saúde (3)'. The main text area contains several paragraphs of text, including a decision by the STF, the need for 1.4 million signatures, and information about the petition process. At the bottom, there are sections for 'Posts mais lidos no mês' and 'Nota de pesar sobre falecimento de Daniel Gripp', along with a quote from CELLOS-MG: 'Os sonhos coletivos têm mais possibilidade de se tornarem-se realidade. Esta foi a lição que aprendi logo no início da minha militância so...'. A link to the online petition is provided at the bottom: 'Assine online a petição pública: <http://www.peticaopublica.com.br/PeticaoVer.aspx?pi=EDS>'.

possibilidade de tornarem-se realidade. Esta foi a lição que aprendi logo no início da minha militância so...

N4C/LGBT em BH para atendimento a vítimas de homofobia
 Você sabia que desde 2011 Belo Horizonte conta com um Núcleo de Atendimento e Cidadania à População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trav...

Seminário de Planejamento do CELOS-BH - 2013
 Horário : 1 Gh Local : Sede do CELOS-BH Endereço : Av. Afonso Pena, 867, sala 2207 - Centro - BH - MG Telefone : (31) 3057-7524 Facil...

VIII Semana BH Sem Homofobia - 14 a 21 de julho de 2012
 Uma semana repleta de atividades como feijão e roda de samba, mostra de filmes, seminários, cerimônia de premiação aos apoiadores da caus...

Assine online a petição pública: <http://www.peticaopublica.com.br/PeticaoVer.aspx?pi=EDS>

Curta e compartilhe no Facebook: <https://www.facebook.com/estatutodiversidade>

Também imprima os formulários e saia em busca de mais assinaturas:

Formulário de **adesão individual** e **adesão coletiva**.

Depois envie para:
 Maria Berenice Dias
 Rua Santa Terezinha, 620/801 - CEP 90040-180
 Porto Alegre-RS

Detalhes no site: www.direitohomofetivom.com.br

Fontes: <http://www.mariaberenice.com.br/pt/home.dept> e <http://www.direitohomofetivom.com.br/ve-noticia.php?noticia=344#> e <http://www.abdfam.org.br/?noticias?ica=4754>.

Poderá também gostar de:

			
PFW (G) Estratégia Política e Direitos LGTBI de Oitana...	CELOS: tcc Jornal de Prevenção ao DST-AIDS e Hepatites...	VIII Semana BH Sem Homofobia - 14 a 21 de Julho de 2012	29 de Agosto - Dia da Virilidade Lésbica

Receba novidades por e-mail

Email address:

Seguidores

Participar deste site

Assuntos: Direitos Humanos

Windows taskbar: Iniciar, trabalho dis..., Google C..., Imagem - Paint, Windows..., Microsoft Of..., PT, NETO @ESPINHO, 17:57

Fonte: <http://cellos-mg.blogspot.com.br/2012/06/conto-com-sua-adesao-campanha-para.html>

Figura 3- Divulgação do *Twitaço*



Fonte: <http://www.grupodignidade.org.br/blog/?p=504>.

Como foi visto, com a disponibilidade de um novo repertório de ação proporcionado pelo emprego dos recursos digitais, o trabalho de mobilização agora reconfigurado e expresso nas novas rotinas de ação online tornou-se mais barato, rápido, e muitas vezes, de maior alcance. O que resultada, tendo em vista que a comunicação e informação são elementos fundamentais da política, na aceleração da política.

2.2- Repertório de mobilização *online*: mudanças e continuidades

Grande parte da literatura tradicional sobre participação política tem focado suas análises em repertórios tradicionais de engajamento cívico, tais como participação pelo voto, participação em partidos, *lobbys*, dentre outros. No entanto, recentemente, encontramos uma diversidade de práticas políticas. Particularmente, os chamados novos movimentos sociais têm adotado uma variedade de repertórios de ação, combinando

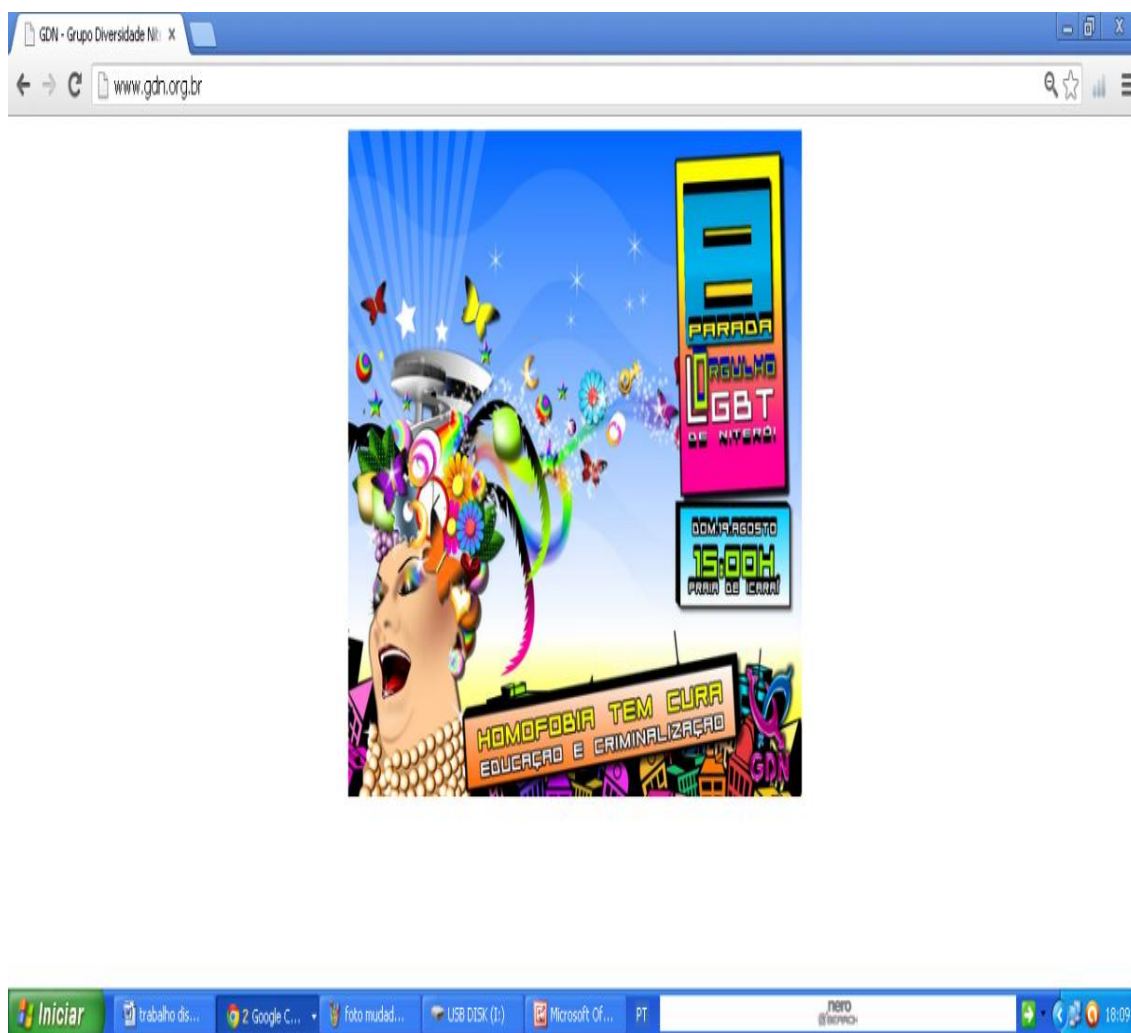
ações tradicionais com uma variedade de ações políticas, tais como participação em redes *online*, protesto de rua, boicotes (NORRIS, 2002).

Como foi demonstrado no capítulo 1, as ações políticas do movimento LGBT são marcadas pela combinação de repertórios. A combinação de repertórios, juntamente com a utilização dos recursos do ciberespaço, permite alguns desdobramentos das ações políticas dos grupos. Primeiro, foi encontrada uma interconexão entre práticas *online* e *offline*. Segundo, uma alteração na dinâmica organizativa dos recursos para o trabalho de mobilização.

Com a leitura de *blogs* e *sites* e as entrevistas foi possível perceber uma interconexão entre práticas políticas *online* e *offline*. *Blogs*, *sites*, *facebook*, *orkut* são utilizados na divulgação de eventos políticos que acontecem fora da estrutura do ciberespaço. Em relação à utilização de *blogs* e *sites* das associações, a divulgação ocorre por meio de notícias de que eventos irão acontecer ou já aconteceram, por fotos, *banners* e *folders* com dia e horário do evento e por notícias de atividades realizadas por outros grupos do movimento LGBT ocorridas em outros estados brasileiros. Devido à disposição de convites, os *sites* e *blogs* são também meios para convocar protestos *offline*, mas não para organizá-los, assim como para não organizar campanhas e outras ações. A organização de protestos e campanhas é feita utilizando outros recursos do ciberespaço. Esse processo será visto mais adiante.

Foram encontradas notícias sobre as seguintes “rotinas” de ação *offline*: políticas lúdicas como paradas, marchas, beijaços, “pink nique” (pique nique), acampamento da juventude, noites culturais com shows, concursos de miss/top como o de “Melhor Top Drag e Caricata”, mostra da diversidade (financiada pelo Fundo Nacional de Cultura) e audiências públicas, encontros com secretários de segurança, educação, justiça, cidadania e direitos humanos e com desembargadores, eventos acadêmicos que discutem questões de interesse da comunidade LGBT, como, por exemplo, a questão da educação contra a homofobia, fórum social temático do Dia da Visibilidade das Travestis e encontros com outros movimentos sociais. A seguir um exemplo de divulgação *online* da Parada de Niterói.

Figura 4- Divulgação da Parada de Niterói.



Fonte: <http://www.gdn.org.br/>.

Entendemos que a interconexão entre ações políticas *online* e *offline* é caracterizada pela estratégia em que a internet é utilizada como apoio:

A internet é utilizada como apoio de forma a fortalecer outras formas de ação política que já ocorriam fora da internet, como por exemplo, o uso de *emails* e de plataformas sociais para informar os militantes sobre uma manifestação presencial que está a ser programada (PEREIRA, 2011, p. 12).

O *banner*, ação criativa que divulga data, horário e local da Parada de Niterói, o *twittaço* com a *hashtag* # OCUPAPLANATO, o abaixo assinado a favor da criminalização da homofobia e outras ações, são novas maneiras de agir coletivamente, que surgem à medida que novas ferramentas tecnológicas vão se desenvolvendo (PEREIRA, 2011), e oferecem apoio às práticas *offline* já existentes.

Já em relação à alteração na dinâmica organizativa da ação, a Parada e a Marcha, dentre os eventos políticos do movimento, são os de maior magnitude, pois agregam um número maior de pessoas. As festas dos grupos são eventos relativamente pequenos, pois contam com a participação de um número reduzido de indivíduos. Considerando a Parada, a Marcha e as festas dos grupos como “rotinas” de ações *offline*, suas divulgações seguem lógicas distintas para alguns grupos.

Para a Parada ou a Marcha, a mobilização não se dá apenas pela internet, mas sim por meio de panfletagem, *outdoor*, rádio, programas de TV, jornais, cartazes etc. Para eventos desse porte, a internet é apenas mais um meio de mobilização devido aos efeitos que outros recursos como o rádio traz. Segundo Jorge do CEPAC, comparando o “boca a boca na internet” com a divulgação da Parada pela rádio, o rádio tem mais alcance e atinge mais pessoas.

Para eventos de menor público, alguns grupos vêm empregando exclusivamente a internet. No caso do Grupo Diversidade Niterói (GDN), há oito anos, no início da associação, a divulgação de eventos era feita por meio de panfletos pela cidade. Atualmente, o uso de panfletos é direcionado para divulgar eventos como a Parada de Niterói. Quando os eventos são relativamente pequenos, como a “feijoadá”, “festas do grupo” ou outra atividade que faz parte do cotidiano da associação, como as oficinas realizadas na sede, a divulgação é exclusivamente pela internet, em grande parte utilizando o *facebook*. Segundo o representante do GDN, neste caso, o *facebook* é “a ferramenta”, sendo a internet grande instrumento de divulgação.

Outro exemplo é o de Kimberly. Sua associação utiliza a internet para quem está mais “linkado”, o telefone para quem não tem o acesso a essa tecnologia, quem não está nas comunidades virtuais e também nas “malas diretas”, e o “boca a boca” empregado com quem é possível encontrar no dia a dia.

A partir do que foi exposto, podemos dizer que o uso da comunicação digital tem alterado a forma como o movimento organiza os seus trabalhos de divulgação de eventos. A nova organização segue lógicas distintas que varia de acordo com o tipo de atividade e com o público que o movimento deseja alcançar, podendo a internet ser mais um meio de mobilização ou o recurso exclusivo para a ação.

A nova forma de organizar os recursos para o trabalho de mobilização também prevê um planejamento. Segundo Caio do grupo CELLOS:

Agora a gente tá, nos últimos tempos, há dois anos para cá, a gente, no espaço de *mobilização preparada*, por exemplo, a gente usou muito as redes sociais e material digital. A gente não gastou muito dinheiro com cartazes, folders, que antes a gente usava muito para mobilizar para a Parada. A gente até utilizou, mas não foi o nosso central. E a gente viu que a Parada tem crescido muito o número de pessoas, e esse ano a gente vai tá usando material mais digital mesmo, porque é mais barato e a gente tem recebido um retorno bem bacana (Palavras de Caio, grifos meus).

A *mobilização preparada* é o resultado do planejamento da utilização dos recursos de mobilização. Tendo em vista o retorno que o grupo obteve com a divulgação da Parada pela internet, que implica em crescimento do número de pessoas no evento, e o baixo investimento financeiro, a associação planeja utilizar mais os recursos digitais do que cartazes e folders para a próxima ação.

Como podemos observar, a alteração na dinâmica de organização dos recursos para o trabalho de mobilização não implicou na substituição dos recursos tradicionais de comunicação pelos do ciberespaço. Mesmo no contexto onde é possível gastar menos, despender menos tempo, e obter rápida disseminação da informação, alguns recursos tradicionais de comunicação são fundamentais. Vejamos outros casos.

Segundo Sara do grupo ALEM de Minas Gerais, é preciso usar também a carta, para conseguir divulgar os eventos e mobilizar, pois nem todas as mulheres (público alvo da associação), principalmente as do interior de Minas Gerais, têm acesso à internet.

Outro instrumento fundamental para o movimento são os panfletos. Segundo Felipa, representante da associação de travestis e transexuais da Paraíba (ASTRAPA), os panfletos atingem uma parcela da sociedade que não pode estar conectada por motivos específicos. Por exemplo, Felipa atribui à falta de tempo das pessoas que vivem da prostituição, um motivo pelo qual o panfleto é um meio mais eficaz no momento de mobilizar essa população.

Outro motivo é que embora parte do público alvo da ASTRAPA esteja conectada à internet, pois muitos profissionais do sexo utilizam o meio digital como recurso para os seus trabalhos, infelizmente nem todos possuem a internet como “ferramenta cotidiana”. O uso da internet, nesse caso, muitas vezes, se dá de forma esporádica por meio da utilização de *Lan houses*. Deste modo, Felipa considera que os panfletos são

uma forma de atingir as pessoas com difícil acesso à mídia digital e provocar suas participações:

Às vezes a pessoa não sabe nem o que é, mas ela pega aquele panfleto, ela leva para casa, ela vai ler, raciocinar. Então é uma forma de provocar a pessoa a olhar e a ler e entender o que que aquilo está querendo dizer e ela poder participar disso” (Palavras de Felipa).

A nova forma de organizar os recursos para o trabalho de mobilização também não implicou na diminuição da importância do “ao vivo”. Segundo Sara, a panfletagem permite que o movimento fique cara a cara com o seu público alvo, “você distribui o panfleto e você tá vendo quem recebeu. A pessoa conversa ali com você, é uma coisa mais ao vivo”. Para a militante, é importante que o movimento não fique restrito à internet. Tendo em vista que uma das grandes bandeiras do movimento é a visibilidade, afirma que o grupo tem que estar em alguns espaços públicos. Considera a internet um recurso para chamar as pessoas “para tá na rua e mostrar a cara”, em eventos como a Parada e a caminhada de lésbicas. E atenta para os perigos do *facebook* para o movimento, pois essa mídia pode servir como um armário onde as pessoas se escondem, fato que vai contra os propósitos do grupo.

Diante dos dados, avaliamos para o movimento LGBT, o que nos disse Maia (2011). A internet como estrutura integrada às atividades cotidianas suplementa as interações face a face e o uso de outras tecnologias de comunicação mais tradicionais. Além disso, o impacto do uso da internet é seletivo, pois de acordo com a atividade a ser executada, com o público que se deseja atingir e com os recursos que o grupo possui, as mídias sociais digitais podem se configurar como mais um meio de mobilização, como o recurso exclusivo para a ação ou, simplesmente, não ser utilizadas.

Capítulo 3

3.1- Repertório de interação *online*: Novos espaços e mudanças nas relações interpessoais

Quando você faz movimento LGBT, você tem uma certa dificuldade em chegar no seu público alvo. Porque quando você faz movimento de mulheres, você encontrar uma mulher na rua é fácil, você convida a mulher. Se você faz movimento estudantil você vai na porta do colégio; movimento sindical tá na porta da fábrica. O movimento LGBT você no máximo vai na porta dos guetos, né? Das boates gays, na porta desses lugares. Então essa é uma grande dificuldade que tem. E isso é um pouco que a internet supre, né? Você começa achar pessoas que você não acharia no seu dia a dia normal, não acharia pela rua. As comunidades, as listas e tal acabam tendo essa forma de ajudar nessa divulgação. (...) A grande imprensa não divulga a gente. (...) Então se não for as mídias alternativas, se não for Blog, site, nossos e-mails e tal a gente não consegue chegar em todo mundo que a gente pretende atingir (Palavras de Vinícius do GDN).

Como disse Vinícius, a internet como meio de comunicação aproxima o movimento LGBT do seu público alvo e de pessoas não necessariamente LGBT (simpatizantes). Tal aproximação é devido ao fato dos grupos terem adquirido os seus próprios espaços de interação, comunicação e divulgação de informações que vão ao encontro de seus interesses e do público que representa.

Blogs, sites e facebooks dos grupos pesquisados são os principais recursos utilizados na interação com o público alvo e com a sociedade em geral. Em relação às redes sociais, pude perceber que ABGLT, ALEM, CEPAC, e ASTRA- Aracajú, Movimento Delas, Igualdade- RS, CELLOs possuem páginas no *facebook*. Quanto à dinâmica de uso, os grupos que não tem *blogs* ou *sites* como o ALEM e o Movimento Dellas são os que mais possuem amigos na rede social. Todos, exceto o CEPAC, tinham a página atualizada. Considero como atualizada as páginas que continham informações postadas no máximo há uma semana tendo em vista o momento da leitura. Com relação à dinâmica de interação, todas as páginas continham visualizações, *likes* e comentários. As páginas também disponibilizam informações sobre o grupo.

A utilização de tais mídias disponibiliza para o movimento LGBT o repertório de interação *online*. Cabe lembrar que Abers, Serafim e Tatagiba (2011) adaptando o

conceito de repertório para o contexto brasileiro refletiram sobre as interações das associações da sociedade civil com o Estado e criaram o conceito de repertório de interação. Neste trabalho, nos apropriamos de tal conceito para analisarmos as relações estabelecidas no ciberespaço.

A fim de evitar expectativas que não condizem à realidade, é preciso lembrar que nem todo o público LGBT tem acesso aos recursos digitais, possuem familiaridades com tais ferramentas e/ou mesmo disposição de tempo para o acesso. No entanto, mesmo diante deste cenário, identifiquei um processo de interação entre o movimento, seu público e a sociedade em geral. Processo no qual alguns grupos LGBTs e suas comunidades conseguem espaço para ecoar seus valores, preocupações e interesses publicamente.

Por meio da leitura de *sites* e *blogs* foi possível encontrar no site do Grupo Dignidade um espaço chamado “utilidade”, contendo um fórum de discussão com última atualização em 2012.

Figura 5- Fórum no *site* do Grupo Dignidade.

Leo disse: 24 de junho de 2012 às 21:41

Olá, gostaria de saber se em curitiba está sendo fácil o processo de conversão de uma união estável homoafetiva em casamento civil.

RESPONDER

○  **admin disse:** 25 de junho de 2012 às 19:43

Olá, Leo.

Em curitiba, o processo de conversão, da união estável em casamento civil, tem sido demorado e penoso.

Um abraço,
Grupo Dignidade.

RESPONDER

■  **leo disse:** 29 de junho de 2012 às 1:09

obrigado pela informação... mas em que estado fica mais facil essa conversão, porque assim faço o contrato de união estável aqui em curitiba e converto em outro estado, será isso possivel?

2.  **Elisa disse:** 25 de setembro de 2012 às 17:05

Eu gostaria de saber se existe algum tipo de assistência jurídica gratuita, em Curitiba, para casais gays que desejam estabelecer união estável.
Obrigada.

RESPONDER

○  **admin disse:** 25 de setembro de 2012 às 18:54

Olá, Elisa.
Sim, o Grupo Dignidade tem advogados que atendem, voluntariamente, casos relacionados às demandas da comunidade

de pessoas LGBTs em sua sede. Venha até o escritório do Grupo Dignidade, na rua Marechal Deodoro 366, quarto andar, que lhe auxiliaremos com o processo.
Um abraço,
Grupo Dignidade.

Fonte: http://www.grupodignidade.org.br/blog/?page_id=563.

O fórum do Grupo Dignidade, além de ser espaço de divulgação de ideias do movimento, é um recurso que oferece espaço no qual o público pode tirar dúvidas e obter informações que comumente não seriam disponibilizadas por uma mídia tradicional.

Outro exemplo no qual a internet é utilizada como recurso para a expressão e interação do movimento com seu público é o citado por Rony:

Muitos jovens têm dúvidas sobre questões do mundo LGBT, e não se sente a vontade a comparecer na sede, então assim tem muitas duvidas, e pelo *Orkut*, *facebook*, *MSN* sentem mais a vontade de conversar, tirar suas dúvidas, de esclarecer dúvidas.

Nos dois casos, encontramos o que nos disse Maia (2008) “a internet vem sendo altamente valorizada por proporcionar recursos para que grupos expressem e atualizem as suas identidades, seus valores e interesses” (MAIA, 2008, p. 118). A atualização de identidade, valores e interesses, fundamental para a luta política, acontece a partir do momento em que entramos em contato com o outro, e nesse processo fóruns, *facebook*, *Orkut* e *MSN* configuram-se como espaços discursivos onde grupos marginalizados tais como mulheres, homossexuais, vítimas de violência policial, dentre outros, podem falar de si mesmo, discutir sobre seus interesses, denunciar abusos e tornarem-se visíveis.

Muitas pessoas, incluindo jovens “saem do armário” ao apropriarem-se dos recursos digitais. As mídias sociais digitais, ao disponibilizarem o repertório de interação *online* entre o movimento, seu público alvo e simpatizantes, possibilita que sujeitos, incluindo pessoas tímidas e com medo da repressão social, exponham suas dúvidas, manifestem seus interesses para o grupo, se aproximem do movimento e constituam vínculos. Tendo em vista o que nos disse o representante do GDN, uma especificidade do movimento LGBT é a dificuldade que os grupos têm em interpelar o seu público alvo. Segundo o militante, a internet “supre” um pouco esse problema. Avaliamos que isso acontece devido ao fato de que por meio dos recursos do ciberespaço é possível o indivíduo romper com a dicotomia “fora” e “dentro” do

armário que, por sua vez, é autoritária. A internet possibilita que gays, lésbicas, travestis e transexuais saiam da clandestinidade sem forçá-los a uma exposição.

A formação de vínculos a partir da utilização da internet é uma questão importante no debate sobre participação, novas formas de ativismo e internet. Segundo Maia (2011):

No momento atual, diversos atores têm concordado de que a mera existência da internet não leva ao aumento da organização e da participação política se os usuários não têm interesse prévio nessas questões. Nesse sentido, estudos empíricos têm mostrado que internet é mais utilizada para manter laços já existentes do que para criar novos vínculos (MAIA, 2011, p. 71).

Para o movimento LGBT, tal situação nem sempre pode ser encontrada. Identifiquei elementos que reforçam a afirmação de que diante a utilização da internet, novos laços são construídos se houver interesse prévio em questões como participação política e organização e elementos que contradizem essa afirmação.

Primeiramente, temos o que nos disse Jorge do CEPAC. Segundo o ativista, o *site* do CEPAC foi utilizado como espaço de inscrição de jovens gays para a participação em um projeto com o intuito de formar jovens ativistas para trabalhar com direitos humanos, *advocacy*, prevenção às DSTs. A utilização do *site* para divulgar o projeto e efetuar as inscrições no mesmo, juntamente com a utilização de material gráfico para a divulgação da mesma atividade, trouxe como resultado para a associação a participação de pessoas no projeto, e em longo prazo, a participação da maior parte desses jovens nas atividades do grupo. Nas palavras do militante:

A gente tinha um formulário online lá, as pessoas se inscreviam. E também a divulgação, apesar de também ter sido feito um material gráfico, a divulgação funcionou, e a gente conseguiu aí mobilizar e trazer as pessoas para participarem do projeto, principalmente por meio da divulgação no portal. O site foi reformulado exatamente nesse projeto, ele era um site feio assim, um site com um visual e as informações meio truncadas. A gente fez a reformulação do site, se tornou mais atrativo mesmo, e conseguiu, então, trazer pessoas para o nosso projeto (Palavras de Jorge).

Outra situação foi a relata por Felipa. A militante, ao falar dos impactos do uso do *site* de sua associação para o grupo no qual milita, afirma que pessoas passaram a

acessá-lo, a conhecer as atividades do grupo e a ver que o trabalho realizado “era sério”. Felipa ressaltou que diante do preconceito, da discriminação em relação às travestis, muitas pessoas não se aproximavam do movimento e o fato delas passarem a conhecê-lo alterou o quadro de distanciamento entre o movimento de travestis e transexuais e a população. Nas palavras da ativista:

Quando a gente tava com o site ativo o efeito que gente sentiu era que as pessoas passaram a entrar, a conhecer as nossas atividades, a ver que o trabalho que a gente desenvolve é um trabalho sério, porque existe muito preconceito e muita discriminação por ser a associação de travestis, isso e aquilo outro. Então pelo preconceito, talvez as pessoas não tivessem o interesse de se aproximar ou ter interesse de se aproximar, mas o preconceito e a discriminação fazia com que essas pessoas não se aproximassem. Então ela aproximou, aproximou a associação da sociedade, das pessoas. As pessoas vem, a gente tem o trabalho de distribuir preservativo, as pessoas vem com o intuito de distribuir preservativo, ou de participar de nossos cursos que a gente deu, curso de arte, de teatro, de filmagem, de maquiagem isso e aquilo outro, então as pessoas participaram. Quer dizer, fez com que essas pessoas conhecessem nosso trabalho e diminuísse o preconceito e a distancia entre eles e nós.

Em ambos os casos, as divulgações dos grupos e de suas atividades nos *sites* aproximaram o público e simpatizantes do movimento. Essa aproximação resultou em vínculos que se desdobraram em engajamento político *offline*. O que difere as duas situações é o interesse prévio na participação política. No caso do CEPAC, as pessoas inscritas eram gays e tinham interesse em participar do movimento. Na situação relatada por Felipa, o *site*, ao transmitir informações sobre o grupo e sobre as suas atividades, despertou, em quem o acessou, interesse de participar junto às travestis.

Tanto Felipa quanto Jorge atribuem ao uso dos *sites* o fato de terem conseguido uma aproximação com a população. Jorge considera a mudança do *site* que o tornou mais atrativo um dos fatores responsável pela aproximação do público. E Felipa, por sua vez, considera o *site* responsável pela diminuição do preconceito e da diminuição da distância entre a sociedade e a associação. Tais realidades não fazem parte do que nos disse Maia (2011):

Experiências diversas mostraram que a facilitação do acesso à internet em cidades ou em ambientes específicos não redundou em mudanças significativas nos contatos interpessoais, no comprometimento com as comunidades e no engajamento cívico (MAIA, 2011, p. 71)

Em relação ao movimento LGBT, avaliamos que a sua característica expressa na fala que inicia este capítulo contribui para criação de novos vínculos, para as mudanças nos contatos interpessoais e no comprometimento com os grupos, os quais são processos políticos que resultam do repertório de interação *online* disponibilizado pela utilização e apropriação do ciberespaço pelos grupos que lutam pelos direitos da comunidade LGBT.

Outra mudança nas relações interpessoais gerada pelo repertório de interação *online* é a aproximação entre os grupos do movimento e seus parceiros, o que fortalece e facilita a manutenção de laços existentes anteriores à utilização dos recursos da internet. Antes de conhecermos essa dinâmica de interação vejamos quais são os parceiros do movimento.

A fim de identificar a relação do movimento com outros atores sociais utilizei como unidade de análise *links* e *banners* presentes nos *sites* e *blogs*. Como nos disse Penteadó, Araújo e Burgos (2011), “os *links* dentro de uma organização em rede são meios de suporte das relações políticas e sociais entre os autores, mas também servem como canal de informação e de comunicação” (PENTEADO, ARAÚJO, BURGOS, 2011, p.23). Ou seja, os *links* e *banners* podem expressar muitas vezes as parcerias travadas com outras instituições e atores políticos, por meio das quais ações são realizadas, informações são transmitidas e compartilhadas. A seguir as imagens das unidades de análise.

Figura 6- *Links* que indicam parceiros da ABGLT.

ABGLT

www.abgl.org.br/port/links.php

WebMail ABGLT

E-mail:

Senha: Login

ABGLT
Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Links

LGBT Brasil - Movimento

- [ABL - Articulação Brasileira de Lésbicas](#)
- [Leões do Norte](#)
- [ANTRA - Articulação Nacional de Travestis e Transexuais](#)
- [Grupos de Pais e Mães de Homossexuais](#)
- [Parada do Orvalho GLT- SP](#)
- [Um Outro Olhar](#)
- [Rede Afro LGBT](#)
- [e-juvem - Grupo e-juvem de adolescentes gays, lésbicas e aliados](#)
- [Flor do Asfalto](#)
- [Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas : Candaces-BR](#)
- [Movimento Gay de Alfenas e Região Sul de Minas](#)
- [Fórum Paulista LGBT](#)
- [GRAB - Grupo de Resistência Asa Branca](#)

LGBT Internacional - Movimento

- [ILGA - International Lesbian and Gay Association](#)
- [Internde](#)
- [IGLYO - International Gay, Lesbian, Bisexual, Transgender and Queer Youth and Student Organization](#)
- <http://www.lgbt-education.info/> GALE - Aliança Global para Educação sobre LGBT
- [World Congress of Gay, Lesbian, Bisexual, and Transgender Jews: Keshet Ga'avah](#)
- [Redlaetrans](#)
- [Federation of Gay Games](#)
- [IDAHO - International Day Against Homophobia and Transphobia](#)
- [Glisa International: sport, culture, human rights](#)

Religião e Homossexualidade

- [Deus e a Homossexualidade](#)
- [Diversidade Católica](#)
- [Bíblia e Diversidade](#)
- [Católicas pelo Direito de Decidir/BR](#)
- [Gays Judeus Brasileiros](#)
- [Lista de Discussão de Judeus e Judias Homossexuais](#)
- [GLT Mórmons](#)
- [Izrela da Comunidade Metropolitana do Brasil](#)
- [Grupo Sacerdotes Enrique Anzelelli - Casamento na Argentina](#)

Adoção e Homossexualidade

- ["Adoção: um direito de todos e todas"](#) - Conselho Federal de Psicologia

Academia e Homossexualidade

- [Adriana Nunan](#)
- [Centro de Estudos e Pesquisas em Comportamento e Sexualidade](#)
- [Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana](#)
- [Ser-Tão - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade - Universidade Federal de Goiás](#)

Parcerias

Links

Fale Conosco

Conferências

Planos Gov. LGBT

Conselhos LGBT

Coordenações LGBT

OAB Comissoes

Frentes LGBT

Partidos Politicos

Eleições

Cultura

Eventos

Legislação

Jurisprudência

Homoparentalidade

Junisprudência

Homoparentalidade

Academia

Pesquisas

Publicações

Datas Comemorativas

Serviços de Apoio

Roteirão

Mídia GLS

Central de Denúncias

Iniciar

trabalho dissertação, ...

2 Google Chrome

USB DISK (I:)

PT

nero @SERPACH

18:26

Fonte: <http://www.abgl.org.br/port/links.php>

Outro exemplo é o da página do GDN. Na página existe um *link* chamado “parceiros” que leva a *banners* do Ministério da saúde, Unesco, O Capa¹⁴, os quais indicam a relação desse grupo com essas organizações.

Figura 7- Página do GDN- Parceiros.



Fonte: <http://www.gdn.org.br/parceiro.html>

Ao clicar nesses *banners* a página direciona para os *sites* dessas organizações. A página da Unesco (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) e do Ministério da Saúde estão atualizadas, a do O Capa está fora do ar.

Os *links* e *banners* da página do grupo Dignidade indicam a interação com diversos atores. Em relação aos grupos do movimento LGBT, foi possível encontrar CEPAC, Dom da Terra, Transgrupo Marcela Prado, Artemis (Associação Paranaense de Lésbicas).

Já em relação às organizações internacionais e redes internacionais foram encontradas: INTERPRIDE (The International Association of Pride Organizers), ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association), ASICAL (La

¹⁴ Infelizmente não foi possível identificar o que significa esta sigla.

Asociación para La Salud Integral y Ciudadanía em América y el Caribe), GALE (The Global Alliance for LGBT Education) e ONU (Organização das Nações Unidas).¹⁵

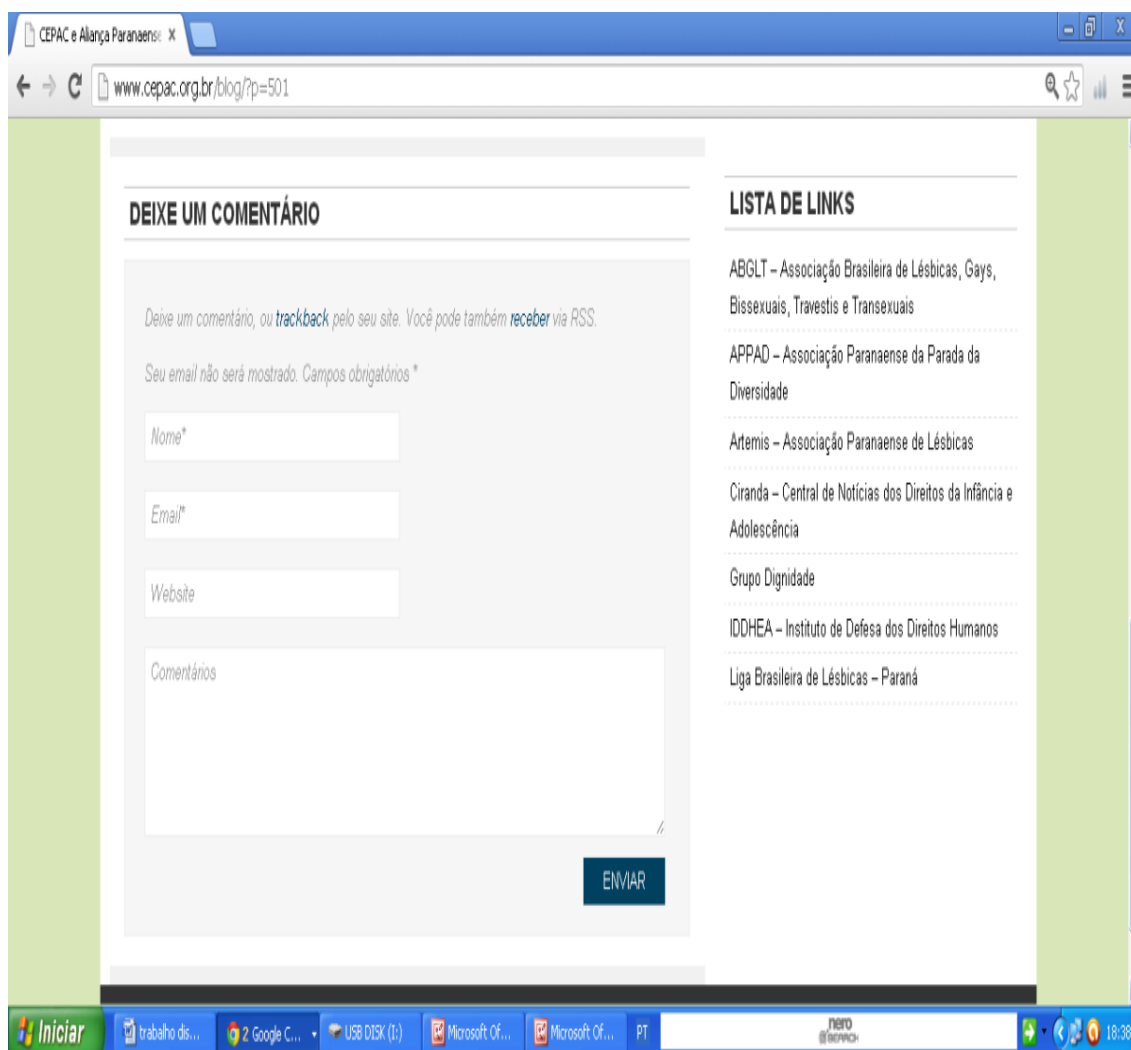
É possível dizer também que o grupo Dignidade mantém relações com a comunidade científica (UFPR); com redes brasileiras de movimentos sociais tais como: ANTRA, ABL, Rede Nacional Pessoa Curitiba, APPAD (Associação da Parada da Diversidade), ABGLT; com o Ministério do Turismo; empresa de preservativo, prefeitura de Curitiba, governo do Paraná e governo Federal. No *site*, não há indício de interação com outros movimentos sociais que não estejam diretamente ligados aos interesses da comunidade LGBT, nem com partidos políticos, organizações religiosas, atores do legislativo, executivo e judiciário.

No *blog* do grupo CELLOS, há presença de *links* que indicam a interação com o legislativo (Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais); interação com o judiciário (*link* que leva ao *site* de Maria Berenice Dias membro do Instituto Brasileiro de Direito da Família; outros movimentos da comunidade LGBT, tais como grupo ALEM e GGB (Grupo Gay da Bahia); organização Perseu Abramo que define no seu estatuto como objetivos: “a pesquisa, a elaboração doutrinária e a contribuição para a educação política dos filiados do Partido dos Trabalhadores e do povo trabalhador brasileiro”; ABGLT; Ministério da Saúde.

No site do grupo Igualdade-RS, existem *links* que indicam relação com o Transgrupo Marcela Prado e com Associações de Travestis e Transexuais do RJ. No *blog* da ASTRAPA, existem *links* que indicam a interação com o legislativo, no caso, Assembléia legislativa do estado da Paraíba e o senado; com a ABGLT, ANTRA e a Rede Afro LGBT; Ministério da Saúde, Ministério da Cultura, Secretaria de direitos humanos, Ministério da Educação. Já no site da ASTRA-SE, há um *banner* que leva à interação com o Ministério da Saúde. No *site* CEPAC foi encontrada a seguinte lista de *links*:

¹⁵ INTERPRIDE reúne várias outras associações no mundo inteiro e que tem por objetivo realizar paradas do orgulho LGBT, festivais e atividades culturais em vários cantos do planeta. ILGA se considera uma *network* de organizações LGBT de várias partes do mundo. ASICAL se constitui como uma resposta à epidemia da AIDS e tem a intenção de promover e traçar estratégias e ações de prevenção, atenção e apoio a gays e homens que fazem sexo com homens. GALE tem parceria com a UNESCO. Considera-se uma comunidade educacional, com foco em educação sobre LGBT. Promovem a inclusão de pessoas que são excluídas por causa da orientação sexual.

Figura 8- Página do CEPAC lista de *links*.



Fonte: <http://www.cepac.org.br/blog/?p=501>

Em relação à dinâmica de interação, segundo Felipa da ASTRAPA, o *e-mail* serve para “encurtar a distância entre a gente e os nossos parceiros”. A ASTRAPA utiliza esse recurso com o propósito de mandar recados, receber recados, fazer projetos e mandar projetos. Tendo em vista que a maioria de seus projetos é apoiada pelo governo federal, o *e-mail* é uma ferramenta importante para o grupo se comunicar com os ministérios. Além disso, o correio eletrônico é uma ferramenta de comunicação da ASTRAPA com outros movimentos sociais, como o Movimento de Moradia e a Rede Afro e com redes do próprio movimento LGBT, tais como a ANTRA e a ABGLT.

Em relação à interação com os ministérios, o CEPAC por meio do *facebook* acompanha as ações, notícias, editais de projetos do Ministério da Saúde. Com o

legislativo, o contato se dá mais pelo *e-mail*. Segundo Jorge, o grupo tem o *e-mail* dos parlamentares e de suas assessorias. Por meio deste recurso o movimento os mobiliza mandando convites para reuniões presenciais. Além de rotinas de mobilização, o contato com o legislativo é estabelecido por rotinas que os pressionam, como “bombardeio de *e-mails*” que consistem nos militantes enviarem, por exemplo, vários correios à deputados solicitando a votação de determinada lei.

Já em relação à interação com as organizações internacionais, antes do uso da internet, o contato entre organizações internacionais e os grupos era por do correio convencional e telefone. Atualmente, a internet está presente 100% nessas interações e tem aumentado e facilitado a articulação entre os grupos brasileiros e internacionais, reunindo-os em redes globais, onde as associações se articulam globalmente e participam de ações políticas comuns. Nas palavras de Jorge:

A gente tem o trabalho a nível local, estadual, nacional, mas é fundamental que a gente se integre e tenha esse dialogo e faça essa troca e construa também com essas organizações internacionais as demandas, e construa uma pauta mais globalizada mesmo. Até para que possa interferir. O Brasil tem as suas características, tem os pros e os contras e a gente percebe que tem países com situações muito mais complicadas e através dessas organizações internacionais há um apoio, uma articulação nacional mesmo em prol de um país ai que criminalize como a Uganda que recentemente queria penalizar com a morte LGBTs. Foi feita toda uma articulação internacional e eles acabaram recuando, então é fundamental sim ter essa articulação a nível global (Palavras de Jorge).

Sobre a presença da internet nesse processo Jorge diz:

Fundamental, né? Porque os abaixo assinados que eu assinei, por exemplo, e que eu repassei foram todos virtuais, que acabaram culminando em uma pressão no governo local desse país (Palavras de Jorge).

Por meio da articulação em redes globais possibilitada pelo repertório de interação *online* entre os grupos do movimento LGBT e organizações internacionais é possível organizar ações *online*. Neste caso, podemos observar o resultado dessa rotina baseada na percepção do militante. Cabe dizer que tal avaliação ainda é incomum. Para os militantes ainda é difícil, para não dizer raro, julgamentos sobre os efeitos de suas ações *online* sobre as decisões ações governamentais. O que existe com certa frequencia, como já percebemos e ainda como iremos observar, são avaliações dos efeitos de ações *online* sobre algumas de suas ações *offline*.

3.2- Repertório de interação *online*: impactos da internet como esfera pública deliberativa sobre as ações políticas do movimento LGBT

Considerando as discussões sobre a democracia contemporânea e o impacto da utilização dos meios digitais de comunicação sobre a participação política, o *facebook*, listas de discussão, *chats*, fóruns *online* configuram-se como esfera pública. Segundo Morigi e Costa (2007):

A internet comporta informações e debates simultâneos de temas diversos constituindo-se uma arena privilegiada e quebrando os discursos monopolistas da comunicação para a sociedade civil que pode conectar-se em escala global a partir de interesses específicos (MORIGI E COSTA, 2007, p. 8).

Morigi e Costa (2007) apropriaram-se da teoria de Habermas para avaliar debates públicos em listas de discussão que podem simular os encontros já pensados pelo autor. Segundo os autores, na internet se formam as chamadas redes cívicas que devem ser compreendidas como arenas discursivas temáticas, locais de contestação, de argumentação e de deliberação. Ao examinarem a internet como esfera pública virtual, destacam que as redes nela formadas articulam discursivamente os próprios valores e interesses, oferecendo-os ao debate da sociedade civil.

Segundo a concepção habermasiana, a esfera pública tem como função apreender os problemas da sociedade, e o público que lhe serve de suporte, ao debater os problemas sociais, encontra nela meio de expressão para suas experiências. Nesse sentido, autores como Maia (2001) e Eisenberg (2003) analisam as novas tecnologias comunicacionais. Segundo suas análises, as novas tecnologias de comunicação e informação são freqüentemente percebidas pelos militantes como meios para fortalecer o processo democrático. Mesmo reconhecendo os limites destes recursos devido ao restrito acesso da população a eles, compartilham da ideia segundo a qual a internet

contribui para a livre expressão das minorias, pois reduz os custos da participação política e permite um contato rápido, imediato, sem obstáculos burocráticos em decorrência da ausência de uma estrutura institucional. Além disto, enquanto mediadora de interações, permite envolver diferentes parceiros de interlocução por meio de troca de *e-mails*, *chats*, grupos de discussão e amplas conferências.

Por meio das entrevistas identifiquei a configuração do *facebook*, das listas de discussão, *chats*, fóruns como esfera pública, onde há a interação entre membros de um mesmo grupo e entre os grupos do movimento LGBT.

Entre os treze diretores do GDN, grande parte da comunicação se dá pelo *facebook*, nos grupos fechados que existem nessa rede social. Segundo o representante do grupo, utilizar essa ferramenta diminui os custos da participação, pois mesmo com uma diretoria grande, não é preciso usar o telefone. Nas palavras de Vinícius:

No nosso grupo do face, antes das reuniões presenciais metade da pauta foi debatida pela internet. A reunião é de 15 em 15 dias. Às vezes no meio do caminho é preciso tomar alguma posição. Vai pela internet, marca todo mundo lá, e todo mundo tem 24 horas para comentar. Antigamente para ter reuniões presenciais era um problema, porque as pessoas trabalham, né? E as pessoas vão ficando mais velhas e elas tem menos tempo livre e a internet dá essa possibilidade, você chega em casa 1 hora da manhã e você pode opinar sobre um assunto. Coisa que antes não podia. A gente tinha que reunir todo mundo, em um dia específico e demorava mais para tomar uma decisão, para tomar uma posição. Isso sem dúvida nenhuma é totalmente diferente hoje em dia (Palavras de Vinícius).

Como podemos observar, a internet é vista como um espaço onde é possível estabelecer uma relação interpessoal e discutir questões importantes para os grupos. Como resultado da conversação política estabelecida pelos membros que compõe a diretoria do GDN temos o processo de “tomar decisão”, o que configura a internet como esfera pública deliberativa.

Autores como Sampaio (2011) e Miola (2011) têm estudado o quanto deliberativo podem ser as discussões que utilizam ferramentas digitais. Assim como os estudos desses autores, no Brasil, existem outros acerca da deliberação online nos quais, segundo Sampaio (2011), podemos identificar três grupos distintos. O primeiro é o conjunto de trabalhos que compara deliberações *online* com as presenciais, buscando comprovar que as discussões *online* podem apresentar as mesmas vantagens das *offline*.

A segunda vertente parte do pressuposto que a internet é componente da esfera pública. Pressupõe-se que a internet não é um meio isolado, logo o que é discutido *online* pode ser discutido em outros espaços. O terceiro grupo analisa a deliberação em fóruns *online* presentes em sites institucionais. O objetivo é verificar se o processo participativo possui uma deliberação qualificada, buscando compreender se os resultados têm relação com o formato do programa, com as ferramentas digitais disponibilizadas ou com os atores envolvidos.

Compartilhando dos pressupostos da segunda vertente, é possível dizer que, no *facebook*, o GDN discute pautas que poderiam ser discutidas na reunião presencial. No *facebook*, assim como em espaços *offline* há um processo de deliberação, pois os participantes discutem e opinam sobre determinado assunto até chegarem a uma posição. Não tenho a pretensão de discutir o quanto deliberativo é esse processo. Para esta pesquisa o que importa são os resultados que as mídias digitais como esfera pública deliberativa podem trazer para as ações políticas e a dinâmica organizacional dos grupos.

Primeiramente, cabe lembrar que, de maneira geral, diante da falta de tempo na agenda dos militantes e da distância entre os grupos que compõem a ABGLT, os usos dos recursos digitais ampliam e facilitam a participação política. No caso do GDN, o *facebook* como esfera pública deliberativa traz como impacto para o grupo a aceleração da política, pois os membros podem tomar decisões de forma mais rápida e discutir parte de sua pauta sem ter que esperar pelos encontros presenciais.

Alguns resultados podem ser encontrados nas seguintes falas:

Na ABGLT, imagina que você tem diretor, um de cada região do país. Como é que você vai fazer uma reunião se não for pela internet? Dentro do site da ABGLT a gente tem um *chat* nosso, próprio. As nossas reuniões são todas virtuais da diretoria. Uma vez a cada quatro meses a gente consegue fazer uma reunião presencial. Reuniões mensais são todas virtuais, pelo *chat*. Então se não tivesse a internet seria impossível organizar a ABGLT (palavras do representante do GDN).

Os encontros presenciais é os que dão princípios, é onde a gente tira as linhas gerais de atuação da ABGLT. E os não presenciais é para a gente ir fazendo segmento, ir fazendo o que a gente não tem recurso (...). A Marcha a gente discute quase toda ela via a lista de discussão (palavras do presidente da ABGLT).

Hoje em dia a gente consegue coisas que não conseguiria se não fosse a internet, então, por exemplo, a ABGLT tem espaço de representação em alguns ministérios, ministério da educação, ministério da cultura, a gente acabou de liberar o fórum da educação que a gente faz parte e tal, todas as representações são voltadas pelas listas, cada entidade tem direito a um voto, tudo é votado pela internet, nada é presencial (palavras do representante do GDN).

As mídias digitais ao funcionarem como esfera pública deliberativa suprem uma dificuldade da ABGLT, a distância entre os grupos que a compõem. Nas falas, notamos que a interação estabelecida no *chat* e nas listas de discussão viabilizam, mesmo à distância, ações como a organização da rede, organização de ações *offline* como a Marcha Nacional Contra a Homofobia e processos políticos como a votação de representantes para as instâncias democráticas.

Segundo Jorge, por meio do diálogo estabelecido na internet os membros da ABGLT também “afinam o diálogo” sobre suas pautas e fecham agendas. Neste caso, a discussão virtual complementa um processo de elaboração de agenda iniciada em outro espaço. A discussão virtual não só completa agenda do movimento como a define em alguns casos. Segundo Caio do grupo CELLOS, a associação participa da rede LG. Os membros, utilizando lista de discussão, discutem, definem a agenda da rede.

Outro exemplo é o citado por Jorge em relação ao CEPAC:

Tem algumas questões que são resolvidas em reuniões presenciais mesmo. Mas a gente tem utilizado bastante. Inclusive decisões recentes, a gente tem aqui a Aliança Paranaense Pela Cidadania que era composta até então por seis organizações. E foi proposto lá no *facebook* ampliar, porque a gente tem outros grupos, outras organizações que também trabalham em prol da população LGBT, mas que não constavam ali, e surgiu toda uma discussão, várias pessoas opinaram e a gente fechou ali, através desse debate virtual que a gente abriria, a gente ampliaria. Então a gente tem utilizado porque, como que a gente definira uma coisa a nível estadual só com as pessoas que estão aqui em Curitiba, que pertencem as organizações de Curitiba? Então ali, naquele momento, naquela discussão, possibilitou que pessoas de outros municípios, com certeza que não poderia dar a sua opinião interviessem, e dissessem como que deveria funcionar (Palavras de Jorge).

Em todas as falas percebemos que os encontros virtuais não substituem os presenciais, eles são tão importantes quanto as interações “ao vivo”. No caso do CEPAC, a utilização das mídias digitais ampliou a participação dos membros da

Aliança Paranaense ao permitir que as organizações de fora de Curitiba participassem do processo de deliberação. A discussão virtual trouxe como resultado imediato o aumento do número de membros da rede.

Capítulo 4

Práticas comunicativas disponibilizadas no ciberespaço e ampliação do sistema informativo: quando não existem barreiras entre a voz do movimento e a sociedade

A gente consegue que a informação chegue a um maior número de pessoas sem depender de terceiros e eu acredito que o grande benefício que a internet veio trazer para os movimentos sociais, não só para o movimento LGBT, é realmente poder atingir pessoas que provavelmente não saberiam do nosso trabalho, não saberiam das nossas atividades, não saberiam da nossa atuação se não fosse através da internet. Então, eu acho isso, assim é uma forma ecologicamente correta, é uma forma democrática, é uma forma ampla de levar a informação, de trazer informação de dialogar mesmo com nossa população (Palavras de Jorge).

Os recursos do ciberespaço também se configuram para a maioria dos militantes como um espaço onde é possível reunir as informações importantes sobre o grupo, sobre suas conquistas. Ambiente em que entidade pode disponibilizar seus materiais de trabalho, divulgar suas atividades, orientar o público, postar e registrar as notícias que julguem relevantes.

Por meio da leitura de *sites* e *blogs* e das entrevistas foram identificadas duas práticas comunicativas do movimento nos ambientes formados pelas mídias sociais digitais. As palavras de Jorge revelam a prática comunicativa que consiste nas divulgações de informações do movimento para o seu público e para a população em geral utilizando os recursos do ciberespaço. Tendo em vista que os grupos LGBTs não possuem acesso regular ao espaço de visibilidade nos meios de comunicação massivos, neste caso, a relevância da internet para o movimento está no fato dela funcionar como meio alternativo à comunicação de massa e servir como instrumento para os grupos inserirem questões na agenda de discussão pública.

A segunda prática envolve uma articulação entre os meios de comunicação massivos e as estruturas digitais de comunicação dos grupos, nas quais opiniões, considerações sobre fatos, que foram trazidos à cena pública por outras mídias, são divulgadas e complementam as informações já existentes. Utilizando o conceito de

“discutibilidade” de Lycaridão (2011) como referência para a análise, é possível afirmar, que neste caso, a importância dos recursos da internet está no fato de funcionarem como meio para complementar, aprofundar e qualificar as informações trazidas pela comunicação de massa.

A partir do momento em que é possível ter seu próprio espaço para a divulgação de informações, os grupos disponibilizam conhecimentos que vão ao encontro de suas preocupações para com o público que representam. São comuns entre os *sites* e *blogs* pesquisados *folders* e outros materiais que têm por objetivo orientar o público LGBT.

Vejamos alguns exemplos. No *site* do grupo Dignidade, no acesso “utilidades”, há uma lista de clínicas particulares especializadas no atendimento de pessoas travestis e transexuais. No *blog* da ASTRAPA, cuja última atualização é de 2009, o que indica o não uso do *blog* pela associação, há um espaço reservado com dicas para as profissionais de o sexo protegerem-se, menção aos seus direitos e deveres, esclarecimento sobre o que é violência e orientações no caso de sofrer alguma. Em relação à violação de direitos, a associação orienta denunciar o abuso para a sede da ASTRAPA e disponibiliza número e endereço. Mesmo com o *site* desatualizado as informações estão disponíveis publicamente.

Outra associação cujas informações no *site* são desatualizadas é a ASTRA- SE. No *site*, existe um espaço chamado “Conscientização” no qual o grupo explica o que é homossexualidade, o que é gay, lésbica, bissexuais, travesti e transexual.

Figura 9- Espaço Conscientização.



Fonte: <http://astraglb.org.br/conscientizacao/index.htm>

Outro espaço é "Serviço" onde o movimento transmite informações sobre distribuição de preservativos masculinos e femininos, teste de HIV e outras questões relacionadas à DST/AIDS. Há também *folders* com orientação sobre o que são as DST, como se pega e como se prevenir, o que são drogas e os males que causam. Os *folders*

não são exclusivos para o uso na internet, são versões digitalizadas de materiais que o movimento utilizou *offline*.

Figura 10 - Espaço Serviço



Fonte: <http://www.astraglb.org.br/servico/index.htm>

No *blog* do grupo CELLOS, há um *banner* que orienta estudante LGBT a denunciar *bullying* homofóbico ou qualquer outro tipo de agressão física ou simbólica. Há também uma publicação com a informação de que Belo horizonte conta com um Núcleo de Atendimento e Cidadania à População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (NAC/LGBT) para atendimento às vítimas de homofobia.

Figura 11- Banner que orienta a denuncia de *bullying* homofóbico

Desde 2010 também recebe denúncias ligadas a agressões a população LGBT, dentre outras populações ameaçadas. Funciona diariamente das 8h às 22h, inclusive nos fins de semana e feriados. Dentro do território nacional, basta discar 100. Cidadão brasileiro fora do Brasil, pode discar +55 61 3212-8400. Pode-se fazer uma denúncia também pelo e-mail disquedenuncia@sdh.gov.br

Posts mais lidos no mês

Nota de pesar sobre falecimento de Daniel Gripp
Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2013. No último dia 08 nosso querido amigo Daniel Ferreira Gripp faria 30 anos de idade. É com pesar ...

"Quem vem com tudo não cansa" (sobre os 10 anos do CELLOS-MG)
Os sonhos coletivos têm mais possibilidade de tornarem-se realidade. Esta foi a lição que aprendi logo no início da minha militância so...

NAC/LGBT em BH para atendimento a vítimas de homofobia

DENUNCIE
* Faça um Boletim de Ocorrência (B.O.)
* Teclle 100 no seu telefone (ligação gratuita). Este é o Disque Direitos Humanos - Disque 100
* Envie sua denúncia com cópia para presidencia@abglt.org.br para acompanharmos o seu caso

CHEGA DE HOMOFOBIA NA ESCOLA PELA LIBERAÇÃO IMEDIATA DO KIT ANTI-HOMOFOBIA DO MEC

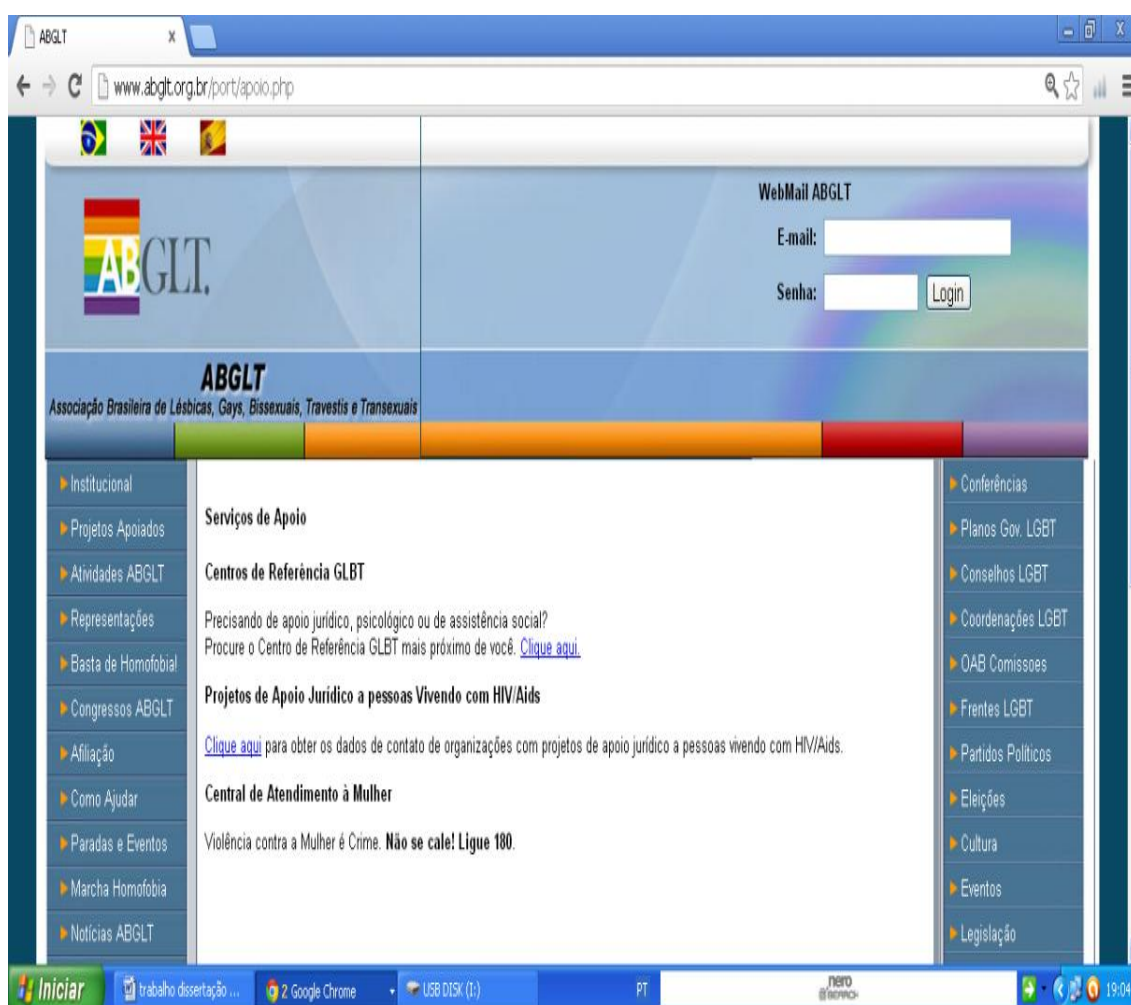
Fonte: <http://cellos-mg.blogspot.com.br/p/denuncia-de-crimes-virtuais-nao-deixe.html>

O *blog* também disponibiliza informações sobre direitos com citações de leis dos direitos fundamentais dos cidadãos, endereços e telefones de instituições de saúde, de instituições políticas como câmara de vereadores, secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania. Além das orientações/informações para o público alvo há informações/orientações para quem não é o público, como por exemplo distinção entre travesti e transexual.

No *site* da ABGLT, há o “Serviço de Apoio”, no qual consta um *link* que leva a um *site* que disponibiliza uma relação de centros de referência que dão apoio jurídico, psicológico e assistência social as vítimas de homofobia. Está disponível UF, Cidade, Nome do Centro, Entidade Responsável, Responsável, Endereço, CEP, Telefones e *e-mail*.

No site da articuladora, consta também um *link* que leva a uma relação de projetos de apoio jurídico a pessoas vivendo com HIV/Aids. Na relação está disponível a UF, Cidade, Nome do Centro, Entidade Responsável, Responsável, Endereço, CEP, Telefones, e-mail. Há uma “Central de atendimento à mulher” que disponibiliza o número para denuncia de violência e o espaço “Central de denúncias”, no qual a ABGLT sugere o auto encaminhamento de denúncias de discriminação homofóbica, ao orientar que a vítima faça a própria denuncia e disponibilizar nomes e contatos de números de serviços relacionados ao tipo de discriminação sofrida.

Figura 12 - Serviço de apoio e central de atendimento a mulher.



Fonte: <http://www.abgl.org.br/port/apoio.php>

“Serviço de apoio”, “Espaço Serviço”, “Conscientização” são atribuições dadas pelo movimento aos conjuntos de orientações que oferta ao seu público e à população em geral. Tais denominações traduzem a prestação de serviço à comunidade, que se concretiza por meio da divulgação de políticas públicas, oferecimento de denúncias,

divulgação dos direitos das pessoas LGBTs. Essas atividades não estão restritas ao ambiente virtual, no entanto, a internet se configura como estrutura que pode facilitar esse trabalho, tornando-o mais barato, rápido e de maior alcance.

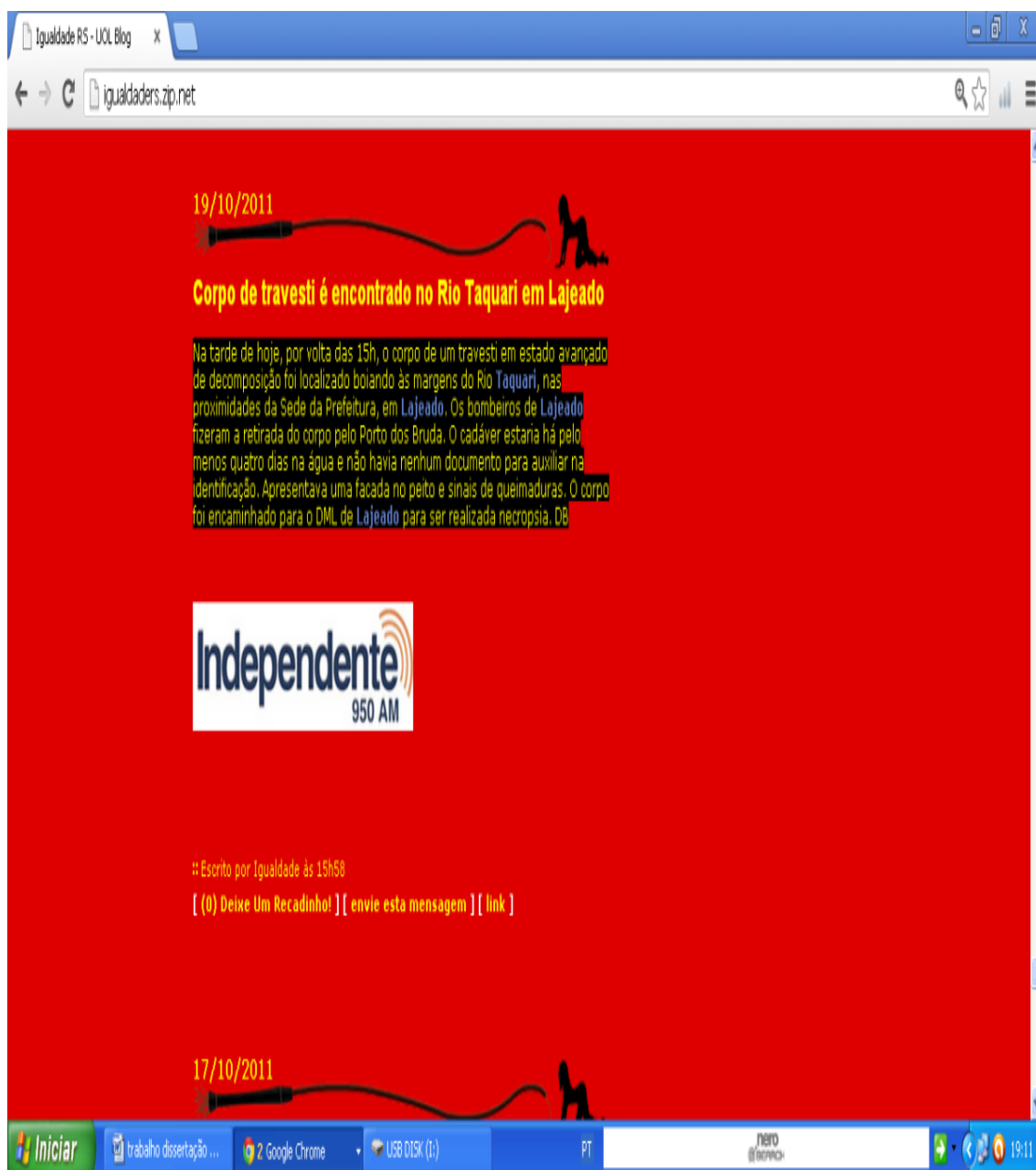
Além de orientações ao público LGBT e à sociedade em geral, os recursos do ciberespaço funcionam como meio para divulgar notícias sobre questões caras ao movimento tais como criminalização da homofobia; casamento entre casais homossexuais e união civil; direitos previdenciários; projetos de leis; violência contra a comunidade LGBT; adoção de crianças.

Encontrei no *blog* da ASTRA inúmeras edições de um boletim chamado Estrela Guia. O boletim Estrela Guia existe antes de o grupo ter uma página na internet. Ou seja, ele não foi criado para ser disseminado no ambiente virtual. No entanto, pelo *blog*, suas edições estavam disponíveis publicamente. Não foi possível identificar o momento a partir do qual o boletim tornou-se disponível na rede. O que é possível afirmar é que a última atualização do boletim foi em 2009.

O boletim funciona como um sistema de informação à comunidade LGBT, em especial às travestis e transexuais. As informações estão disponíveis como notícias em jornal. Há notícias sobre declarações de artistas, jogadores de futebol, representantes religiosos, cantores internacionais, jornalistas, sobre a homossexualidade, casamento gay, projetos de leis. Declarações de vereadores, deputados, senadores sobre projetos de leis, e também sobre a PLC122/2006, contendo posicionamentos favor e contra ao projeto. Há publicações sobre a visibilidade LGBT em novelas, programas de TV Críticas e elogios a autores de novelas. Notícias sobre eleições e disputa de chapas do movimento. Notícias de repúdio da Astra à ação do hemocentro local e informações sobre pessoas que sofreram homofobia e entraram com processo de danos morais.

No *site* do grupo Igualdade- RS há notícias que divulgam assassinatos de travestis; violência doméstica sofrida por travestis e transexuais; ameaças de supostos *skinheads* à associação. Tais acontecimentos dificilmente são divulgados pelas mídias tradicionais.

Figura 13 - Antigo site do Grupo Igualdade divulgando a morte de uma travesti.



Fonte: <http://igualdaders.zip.net/>.

Outro exemplo é o que me disse Kimberly. A associação de travestis de Salvador não possui *site* ou *blog*, no entanto, utiliza o *facebook* também com o intuito de divulgar notícias sobre as travestis e receber apoio de outras associações:

Nosso objetivo da associação quando ela nasceu foi para a gente reivindicar, lutar pelo direito da travesti e do transexual no estado da Bahia, né? Qualquer lugar que tiver uma travesti, uma transexual sendo afligida, alijada dos seus direitos de cidadania a gente vai reivindicar, vai tentar construir política para que essa população possa ter sua cidadania exercida e respeitada e a internet, ela serve para que a gente possa, quando acontece esses fatos, jogar para o mundo, para o Brasil inteiro para conhecer a ação que está acontecendo nesse estado, por exemplo, no estado da Bahia, e a gente receber apoio dos outros

estados, apoio de outras associações, e na verdade caminhos para que a gente busque mecanismos para melhorar a situação. Eu acho que essa questão da gente utilizar dessas ferramentas para a gente divulgar e reivindicar ações eu acho que é extremamente importante porque a gente acaba atingindo muito mais rápido. Se a gente posta agora uma mensagem no *facebook*, por exemplo, de uma travesti que foi assassinada ou que foi pressa, imediatamente todo o Brasil fica sabendo. Consequentemente, essas ações de apoio, de orientações para que a gente possa tomar decisões elas vêm muito mais rapidamente (Palavras de Kimberly).

O fato de a internet tornar público, muitas vezes em tempo real, acontecimentos que não são do interesse das mídias tradicionais a configura como instrumento fundamental para que o movimento consiga inserir no debate público questões que lhe são importantes, como a violência sofridas por travestis e transexuais.

Já em relação às postagens que produzem “discutibilidade”, foram encontrados no *site* do Grupo Dignidade elementos discursivos que permitem aos leitores um aprofundamento em termos de interpretação de questões caras ao movimento e que foram trazidas à cena política por outras mídias. A fim de evidenciar o argumento de que o âmbito da comunicação digital do grupo do movimento LGBT responde de maneira mais consistente ao trabalho de discutibilidade adotei como unidade analítica a forma como o Globo Online tratou as discussões sobre o Projeto de Decreto Legislativo 234/2011 mais conhecido como projeto da “Cura Gay” e a forma que o movimento tratou a mesma questão¹⁶. Utilizando as palavras chaves “cura gay”, “bancada evangélica”, “deputado João Campos” no mecanismo de busca do portal foi possível encontrar as seguintes matérias no Globo:

A Câmara dos Deputados discute nesta quinta-feira o projeto de lei que busca autorização para que psicólogos proponham tratamentos para a homossexualidade. O debate gera críticas de entidades ligadas a movimentos contra a homofobia e ao Conselho Federal de Psicologia (CFP), que atualmente veta que profissionais da área tratem a homossexualismo como transtorno psíquico.

"O motivo da audiência, em si, já é um contrassenso, pois tenta interferir na decisão de um conselho profissional legalmente instituído", afirma o presidente do CFP, Humberto Verona. "Na opinião do conselho, da

¹⁶ A proposta analítica de Lycaridão (2011) envolve mais elementos para comprovar a discutibilidade. Para este trabalho, foquei em buscar os elementos discursivos da comunicação digital do movimento que proporcionam mais discutibilidade. A outra proposta de elementos analíticos do autor é buscar “nível de justificação argumentativa” (LYCARIDÃO, p. 281, 2011). Tal categoria analítica gira em torno de demandas políticas. Sucintamente, em identificar se as reivindicações presentes no âmbito da comunicação digital do movimento foram também apresentadas por outra mídia de massa com qual a estrutura digital do movimento possui articulação. Para mais informações ver Lycaridão (2011).

Organização Mundial da Saúde (OMS) e de todos os órgãos competentes, o homossexualismo não é doença, desvio ou qualquer tipo de perversão." O Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, do deputado João Campos (PSDB-GO), quer suprimir dois pontos da resolução da CFP, de 1999. No documento, a entidade proíbe os profissionais da área de colaborar com "eventos e serviços que proponham tratamento e cura da homossexualidade" e de "reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica".

Apesar de receber o convite para participar da audiência de hoje, o CFP publicou uma manifestação de repúdio ao projeto. "Fomos convidados, mas não vamos comparecer, pois estamos repudiando a forma antidemocrática como esse debate será conduzido", diz Verona. "O deputado convidou quatro pessoas que representam a mesma posição e pôs o conselho do outro lado para ser massacrado. É uma audiência de cartas marcadas."

Psicóloga cristã

O psicólogo Luciano Garrido, que também foi convidado para a audiência pública, rebate as críticas. "O conselho está aparelhado em favor de causas políticas, como o movimento pró-LGBT. Há influência muito grande desses setores e as pessoas do conselho usam seus poderes normativos para impor normas, em vez de promover o debate intelectual."

Ele nega, porém, que os defensores de mudança na resolução queiram tratar o homossexualismo como doença. "Não considero a homossexualidade uma anomalia ou patologia, mas a psicologia não se resume a questões de saúde e doença. Não se pode reduzi-la a isso."

Suplente na Comissão de Seguridade Social e Família, João Campos tem o apoio de psicólogos ligados a movimentos religiosos, como Marisa Lobo, que se autodenomina "psicóloga cristã" - recentemente, ela foi alvo de uma investigação do conselho por associar psicologia e religião nas redes sociais.

"Não proibimos ninguém de falar sobre nada. Mas não pode falar como psicólogo, pois a profissão não reconhece", afirma Verona. "Ela (Rozângela) foi alvo de um processo público e acabou condenada por oferecer tratamento psicológico para o homossexualismo." No processo, a psicóloga sofreu censura pública do conselho. As informações são do jornal O Estado de S.Paulo.¹⁷

Gritos, bate-boca e muita confusão marcaram a audiência pública que terminou no início da tarde desta quinta-feira na Comissão de Seguridade da Câmara para discutir o projeto de decreto legislativo 234/11, conhecido como projeto de Cura Gay. De autoria do deputado João Campos (PSDB-GO), a proposta susta a aplicação de dois dispositivos da resolução 1/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP). O regulamento do CFP proíbe profissionais de usarem a mídia para reforçar preconceitos contra grupo de homossexuais ou propor tratamento para curá-los.

O CFP não aceitou o convite para participar da audiência por considerar a composição da mesa "pouco equilibrada". Entre os convidados que falaram estava a psicóloga Marisa Lobo, que defende o direito de psicólogos atenderem pacientes que busquem mudar a sua orientação

¹⁷ Câmara debate proposta de "cura" de gays. 28/06/2012, 09h33. Disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/06/camara-debate-proposta-de-cura-de-gays.html>, acesso em 06/01/2013.

sexual. Para a psicóloga, é possível que o paciente mude sua orientação se esse for o seu desejo.

A fala da psicóloga provocou polêmica entre os que assistiam à audiência, um tumulto se formou e um bate-boca entre Marisa e representantes do Movimento Gay se instalou. "Ser cristão não significa ser alienada", disse a psicóloga para uma plateia que revidava chamando-a de "barraqueira".

O deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) e a deputada Érika Kokay (PT-DF) criticaram o projeto e se retiraram pouco depois de se posicionarem. No final da audiência, o relator do projeto, deputado Roberto de Lucena (PV-SP), leu um manifesto do CFP em repúdio à proposta. Como só leu alguns trechos do manifesto, integrantes do movimento gay presentes à reunião começaram a ler o texto na íntegra provocando nova confusão. Eles foram retirados do plenário da comissão por seguranças da Casa.

Luth Laporta, da Companhia Revolucionária Triângulo Rosa, que esteve presente na audiência, disse que não havia nenhuma isenção dos deputados durante a audiência. "Essa foi uma audiência para a comunidade evangélica e pela comunidade evangélica. Não houve uma discussão democrática", disse¹⁸.

Uma discussão acalorada opôs deputados e militantes em audiência realizada nesta quinta-feira (28) na Câmara dos Deputados para debater um projeto que permite a psicólogos realizar tratamento para pessoas que querem deixar a homossexualidade. A sessão reuniu psicólogos, parlamentares e manifestantes a favor e contra a proposta. Apelidado de "cura gay", o projeto, de autoria do deputado João Campos (PSDB-GO), presidente da Frente Parlamentar Evangélica, quer vetar a validade de dois dispositivos da Resolução 1/99 do Conselho Federal de Psicologia que impedem psicólogos de usar a mídia para reforçar preconceitos ou propor tratamento para homossexuais.

A escritora e psicóloga com especialização em sexualidade Marisa Lobo, a favor da proposta, afirmou que é um argumento questionável não definir a homossexualidade como sendo uma doença. Ela argumenta que a retirada da homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID) em 1990 foi feita por votação. Para ela, a ciência ainda "não tem entendimento do que é a homossexualidade".

Marisa afirmou que é contra profissionais que querem tratar homossexuais levados pelo preconceito, mas é preciso respeitar a vontade dos pacientes. Ela disse que a resolução do Conselho é arbitrária porque "impede que profissionais reprimam opções sexuais em pacientes, mas eles [psicólogos] devem atender aos pedidos solicitados por quem vai ao seu consultório".

O Conselho Federal de Psicologia não enviou representante, mas encaminhou um manifesto à comissão contra a proposta. A nota considera como "preocupante" o fato de um projeto estar "sendo utilizado para atender interesses personalísticos ao invés de estar a serviço do bem comum".

Afirma ainda que o projeto, por querer alterar normas e procedimentos em tratamentos psicológicos, "pode ser objeto de questionamento

¹⁸ Tumulto marca audiência na Câmara sobre Cura Gay. 28/06/2012, 12h51. Disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/06/tumulto-marca-audiencia-na-camara-sobre-cura-gay.html>, acesso em 06/01/2013.

judiciário, inclusive com o argumento de sua inconstitucionalidade, já que o PDC flagrantemente exorbita a função do Congresso".

'Homofobia'

Manifestantes criticaram a fala de Marisa Lobo com cartazes dizendo que a "cura" da homossexualidade é uma forma de perpetuar a homofobia. Marisa se defendeu dizendo que não possui preconceito algum contra gays e ressaltou que seu "cabeleireiro e dermatologista são homossexuais".

A psicóloga afirmou também que pacientes com egodistonia, que é a não-aceitação de um indivíduo sobre sua orientação sexual e querer mudá-la, precisam ter o direito de se "curarem", se assim for demandado.

O coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT na Câmara, deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), afirmou que ficou "constrangido" com as explicações. "Orientação sexual e identidade de gênero são coisas que não confundem. Uma pessoa não pode se valer disso para querer curar uma pessoa por ser homossexual", disse o parlamentar.

Para ele, a proposta da psicóloga só fortalece a egodistonia. "É óbvio que alguém homossexual vai ter egodistonia, mas por viver numa cultura homofóbica que rechaça e subalterniza sua homossexualidade. O certo seria colocar o ego em sintonia com seu desejo, é sair da vergonha para o orgulho", afirmou Jean Wyllys.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) também criticou a proposta e afirmou que autorizar a "cura" para casos de homossexualismo "constrange a cidadania e a pessoa humana". Logo após suas falas, Jean Wyllys e Erika Kokay se retiraram do plenário em repúdio ao projeto do deputado João Campos (PSDB-GO).

'Autonomia'

Autor do projeto, Campos defendeu a "autonomia do paciente" como um dos princípios da medicina. Para ele, vetar o tratamento "é como se o Conselho Federal de Psicologia considerasse o homossexual um ser menor, incapaz de autodeterminação", argumentou.

Ele também criticou a militância gay. "Você pode discordar de todos nesse país, mas se discordar de militantes homossexuais você é homofóbico. Nós vivemos a democracia. É preciso que as pessoas respeitem as diferenças e os diferentes", afirmou¹⁹.

Vejamos o que o *site* do grupo Dignidade diz sobre a questão:

¹⁹ Discussão sobre 'cura gay' opõe deputados em audiência na Câmara. 28/06/2012. 16h14. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/06/discussao-sobre-cura-gay-opoe-deputados-em-audiencia-na-camara.html>. Acesso em: 06/01/2013.

Figura 14- Opinião do grupo Dignidade sobre o que representa o projeto da “Cura Gay”.

Grupo Dignidade » A Cura G...
www.grupodignidade.org.br/blog/?p=591

GRUPO DIGNIDADE

Home Institucional Parcerias Legislação Publicações Participe CEDOC Contato Utilidade

A Cura Gay – Quando não há o que ser curado

O que representa o projeto que pretende liberar terapias de reorientação sexual e qual o papel dos psicólogos no tratamento de pacientes homossexuais

Imagens de mulheres de lingerie são expostas em uma parede branca por meio de um projetor. Uma mulher assiste às cenas, ligada pelo braço a uma sonda. Vez ou outra, um senhor bem trajado, de óculos e olhar sério injeta nela uma substância que lhe causa ânsia e vômito. A dose é ainda maior quando a foto

A dose é ainda maior quando a foto projetada é a de sua namorada em trajes íntimos. Ainda como parte da sessão, um homem de roupa entra na sala, se coloca diante da mulher e fica completamente nu. Primeiro, ela é orientada a masturbá-lo enquanto encara seu membro ereto. Na sequência, o terapeuta pede que ela se masturbe, ainda sem tirar os olhos do homem nu.

Cura gay - quando não há o que ser curado

A cena, retratada por um seriado que conta a história de um manicômio na década de 1960, parece absurda e doentia, mas apresenta um dos métodos utilizados como terapia de reorientação sexual. A gama de tratamentos já incluiu cirurgias de castração, choques, hormônios, intervenção espiritual e até mesmo lobotomia, entre outros procedimentos. Com a retirada da homossexualidade da lista de doenças mentais da OMS (Organização Mundial de Saúde), em 1990, diversas organizações de saúde mental no mundo inteiro passaram a abolir, questionar e alertar o público sobre os perigos de tratamentos que visam à mudança da sexualidade dos indivíduos.

Em 1999, o CFP (Conselho Federal de Psicologia) proibiu no Brasil que psicólogos utilizassem qualquer tipo de terapia de reorientação. Segundo a Resolução nº 001/99, "os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas, e não colaborarão com eventos e

comportamentos ou práticas homoeróticas, e não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades". Essa resolução, de acordo com Luis Fernando de Oliveira Saraiva, psicólogo e conselheiro do CRP-SP, se baseia em concepções cientificamente aceitas, mostrando que a homossexualidade diz respeito não a doença, transtorno ou desvio, mas a possibilidades de experimentação de desejos e afetos.

No início de 2012, o deputado João Campos (PSDB-GO), presidente da Frente Parlamentar Evangélica, propôs o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 234/11, com o objetivo de vetar a resolução do CFP e permitir o tratamento de reorientação sexual. O projeto ficou conhecido como "cura gay" e tem sido discutido em audiências promovidas por comissões da Câmara. Na primeira quinzena de dezembro do ano passado, o deputado Roberto Lucena (PV-SP) deu parecer favorável ao PDC na Comissão de Seguridade Social e Família, ligada à bancada evangélica. Em contrapartida, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo já recolheu mais de 20 mil assinaturas contra a proposta.

O CFP e os 20 CRPs nacionais entendem que o PDC fere a autonomia da autarquia, que tem como objetivos orientar, fiscalizar e disciplinar a profissão de psicólogo, zelando pela manutenção dos princípios éticos. "O PDC representa um retrocesso pouco fundamentado cientificamente e que patologiza orientações sexuais distintas da heterossexualidade, contribuindo para o aumento de preconceitos e para a exclusão de uma parcela significativa da população", afirma Saraiva.

O deputado relator do projeto diz se basear em estudos científicos para promover as terapias de reorientação. Porém, Saraiva questiona os argumentos, uma vez que nenhum estudo foi apresentado e os defensores do projeto se justificam por meio de um termo conhecido como "sexualidade

JORNAL LAMPÃO DA ESQUINA
Revendo a história LGBT para progredir

Conheça um dos primeiros jornais brasileiros especificamente direcionado ao público de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBT

FILIAÇÃO

Filie-se ao Grupo Dignidade

Clique aqui e saiba como fazer sua filiação

BUSCAR NO SITE

Procure: digite e aperte enter

GRUPO DIGNIDADE

Atendimento: De Seg. a Sex.
das 10h às 19h. Tel/fax: (41)
3222-3999

ROTEIRO LGBT

Roteiro LGBT

Bares, lanches, saunas em Curitiba...

VÍDEOS

Discurso do Ministro Paulo Vannuchi na abertura da 5ª Jigalac - Curitiba

LGBT SUPPORTS

LGBTsupports
Supporting and uniting the LGBT communities around the globe

resoluções, de acordo com Luis Fernando de Oliveira Saraiva, psicólogo e conselheiro do CRP-SP, se baseia em concepções cientificamente acertas, mostrando que a homossexualidade diz respeito não a doença, transtorno ou desvio, mas a possibilidades de experimentação de desejos e afetos.

No início de 2012, o deputado João Campos (PSDB-GO), presidente da Frente Parlamentar Evangélica, propôs o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 234/11, com o objetivo de votar a resolução do CFP e permitir o tratamento de reorientação sexual. O projeto ficou conhecido como "cura gay" e tem sido discutido em audiências promovidas por comissões da Câmara. Na primeira quinzena de dezembro do ano passado, o deputado Roberto Lucena (PV-SP) deu parecer favorável ao PDC na Comissão de Seguridade Social e Família, ligada à bancada evangélica. Em contrapartida, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo já recolheu mais de 20 mil assinaturas contra a proposta.

O CFP e os 20 CRPs nacionais entendem que o PDC fere a autonomia da autarquia, que tem como objetivos orientar, fiscalizar e disciplinar a profissão de psicólogo, zelando pela manutenção dos princípios éticos. "O PDC representa um retrocesso pouco fundamentado cientificamente e que patologiza orientações sexuais distintas da heterossexualidade, contribuindo para o aumento de preconceitos e para a exclusão de uma parcela significativa da população", afirma Saraiva.

O deputado relator do projeto diz se basear em estudos científicos para promover as terapias de reorientação. Porém, Saraiva questiona os argumentos, uma vez que nenhum estudo foi apresentado e os defensores do projeto se justificam por meio de um termo conhecido como "sexualidade egodistônica". "Não há provas de como o sofrimento aparece na vida dos homossexuais, e ele comumente é atrelado a situações de preconceito e homofobia, e não à homossexualidade em si", explica. Baseado nesse possível sofrimento psíquico, uma vez que vivemos em um mundo heteronormativo, o papel do psicólogo não é propor a "cura", mas acolher o paciente para buscar as origens, razões, motivações e fundamentos de sua dor. Além disso, também é responsável por explorar possibilidades que permitam ao usuário conhecer a realidade de sua orientação sexual e, assim, viver de maneira de satisfatória e digna. Ou seja, a atuação deve focar em autoaceitação, e não em reorientação sexual.

Apesar disso, há pessoas que se dizem ex-homossexuais. "Presumo-os entender como e quais mudanças aconteceram nas vidas delas", reconhece Saraiva. Para ele, práticas e desejos sexuais podem se alterar durante a vida. No entanto, as terapias de reorientação são focadas em mudanças comportamentais, já que não permitem a alteração de desejos e afetos do indivíduo.

O psicólogo que coagir um paciente ou se propuser a praticar esse tipo de terapia deve ser denunciado imediatamente ao Conselho Regional de Psicologia da região, para que as medidas cabíveis sejam tomadas. "Provavelmente, o profissional está infringindo o Código de Ética", alerta Saraiva. Se for pressionado por uma pessoa de seu convívio, o indivíduo deve procurar alguém de confiança para buscar apoio ou mesmo serviços públicos de apoio à comunidade LGDT, onde encontrará orientação de profissionais capacitados.

Assine a petição criada pelo CRP-SP contra o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 234/11:
<http://www.chongc.org/curagay>

Para saber mais:
http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_indice.aspx

Tags: inclusão, psicologia, reorientação sexual

Deixe um comentário

Nome (obrigatório):

E-mail (não será publicado) (opcional):

CATEGORIAS

- Agenda
- Cultura
- Deveres e Direitos
- Educação
- Eventos
- Família
- Notícias
- Opinião
- Política
- Roteiro LGDT
- Saúde
- Serviços
- Turismo

LISTA DE LINKS

- ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais
- APPAD - Associação Paranaense da Parada da Diversidade
- CEPAC - Centro Paranaense de Cidadania

Fonte: <http://www.grupodignidade.org.br/blog/?p=591>.

As três matérias do Globo Online (G1) e a postagem do grupo Dignidade possuem elementos semânticos em comum. Falam a respeito do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 234/11, mencionam o autor, comunicam que o projeto tem sido discutido por audiências na câmara e que visa suprir a resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP), de 1999, que determina que os psicólogos não podem contribuir com terapias de reorientação sexual. Deixam claro também que, na opinião do CFP, a homossexualidade não é doença ou perversão.

As três matérias do G1 ressaltaram o tumulto da audiência pública, os acontecimentos como a não participação de um representante do CFP, as reações geradas em resposta a fala da psicóloga Marisa Lobo que defende o direito de

psicólogos atenderem pacientes que buscam mudar a sua orientação sexual, sem, no entanto, deixar claro as críticas do movimento LGBT, exceto que o projeto é uma forma de perpetuar a homofobia. Em relação às críticas ao projeto, as matérias divulgam parte da consideração do conselho sobre o PDC, referentes à “inconstitucionalidade” do projeto e a atender “interesses personalísticos” ao invés de interesses do “bem comum”.

O G1 não foca nos impactos e consequências que o PDC pode trazer para a população LGBT. Menciona opiniões contrárias que dizem que a “cura” da homossexualidade perpetua a homofobia e causa constrangimento à cidadania e à pessoa humana, assim como cita os posicionamentos a favor. Fica claro que problematizar a questão não faz parte do interesse da mídia.

O *site* do grupo Dignidade, por sua vez, com o subtítulo “O que representa o projeto que pretende liberar terapias de reorientação sexual e qual o papel dos psicólogos no tratamento de pacientes homossexuais” demonstra uma preocupação em esclarecer para a comunidade LGBT e a população em geral o que significa tal ação. Segundo o texto, o PDC significa um retrocesso. Quando os homossexuais eram considerados doentes, métodos perigosos e arbitrários eram utilizados em terapias de reorientação sexual. O texto aponta o projeto como uma atmosfera que pode trazer elementos dessa realidade devastadora, o que traria como consequência “o aumento do preconceito e da exclusão de uma parcela significativa da população”.

Além de trazer a opinião do movimento sobre o que o projeto representa e as consequências para a população LGBT, o texto apresenta um posicionamento contrário ao projeto que não foi mencionado em nenhuma das matérias do G1, o de que não houve a apresentação de estudos científicos, os quais o relator do projeto se diz basear. A postagem traz também a possibilidade do leitor conhecer mais e a fundo argumentos do CFP ao disponibilizar o *link* “para saber mais” que leva ao site do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, onde está disponível um caderno que reúne diversos artigos sobre a temática. O texto também traz orientações de como agir aos homossexuais que se sentirem coagidos e pressionados a fazer terapia de reorientação sexual.

Podemos avaliar, a partir dos dados, que as matérias do G1 conferiram visibilidade pública ao problema em questão e o âmbito da comunicação digital do Grupo Dignidade adensou os padrões de discutibilidade ofertados pelas matérias, ao

proporcionar elementos que complementam as informações do jornal. Os elementos da postagem tais como o que representa o projeto, suas consequências para a população LGBT, os novos argumentos e a possibilidade de aprofundar o conhecimento sobre a opinião do CFP formam novos eixos explicativos que adensam os trazidos pelo G1 e proporcionam à população um aprofundamento em termos de interpretação da questão que foi trazida à cena pública.

A hipótese, levantada por Lycaridão (2011), de que a internet seria um dos principais ambientes que vem sendo utilizado para reestruturar o sistema informativo contemporâneo, de maneira a ampliar esse sistema, é confirmada também para o movimento LGBT. Tal comprovação nos leva a entender o papel que a internet exerce na comunicação política contemporânea e a importância que tem para os movimentos sociais.

Segundo Lycaridão (2011), o papel da internet, nesse contexto, viria a facilitar “a realização de montagem dos materiais do sistema informativo para a constituição de debates públicos” (LYCARIDÃO, 2011, p. 261). Ou seja, no contexto do sistema informativo ampliado, a montagem de debates públicos ocorreria quando as pessoas que tiveram acesso ao problema político pela mídia massiva utilizam-se dos portais do atores políticos para se aprofundar nas questões. Nesse contexto, a importância da internet para os movimentos sociais, tendo em vista a existência de outros meios de comunicação como jornais, *folders*, panfletos está no fato de possibilitar a divulgação das considerações, opiniões, julgamentos dos movimentos de forma fácil, barata, rápida e com ampla acessibilidade e velocidade de atualização.

Conclusão

A internet, na medida em que serve como meio e espaço para a ação política, disponibiliza alguns repertórios de ação. Tais repertórios implicam em rotinas que se dão “pela” internet, devido ao fato dos grupos a utilizarem como meio para a ação, e “na” internet, tendo em vista que algumas rotinas acontecem no ciberespaço.

Como foi visto, temos o repertório de mobilização *online*, no qual os militantes, por meio de rotinas de ação como panfletagem *online*, abaixo assinados *online*, petições públicas, *twitaço*, têm atingido e mobilizado a comunidade LGBT e a população em geral em torno de suas atividades. Neste contexto, o ciberespaço tem significado uma via importante por meio da qual o movimento atinge pessoas que podem vir a compartilhar de seus valores e contribuir com suas ações. Além disso, o emprego dos recursos da internet tem resultado na aceleração da política dos grupos, ao fazer com que, por exemplo, o trabalho de mobilização seja mais rápido, mais barato e de maior alcance.

Outro repertório disponibilizado pela utilização da internet pelo movimento LGBT é o de interação *online*. O *facebook*, *blogs*, *sites*, *e-mail* se configuram como recursos por meio dos quais os grupos podem ecoar seus valores, preocupações e interesses. Essas mídias também são espaços onde os grupos interagem com seu público alvo, simpatizantes, grupos do movimento LGBT e seus parceiros, tais como outros movimentos sociais, parlamentares, organizações internacionais.

O repertório de interação *online* para o movimento LGBT traz impactos sobre as relações dos grupos com o seu público e a população em geral. Ao contrário do que diz parte da literatura sobre participação, novas formas de ativismo e internet, em relação ao movimento LGBT, a interação estabelecida por meio da utilização das novas tecnologias de comunicação e informação tem resultado na criação de novos vínculos, em mudanças significativas nas relações interpessoais e em comprometimentos que geram participação *offline*. Tais mudanças estão vinculadas a uma característica específica do movimento, a dificuldade de interpelar o seu público alvo, e à ruptura da dicotomia “dentro” e “fora” do armário proporcionada pela utilização dos recursos do ciberespaço.

Tendo em vista e compartilhando da bibliografia que considera a internet como esfera pública virtual, as mídias sociais digitais diminuem os custos da participação política, pois permitem um contato rápido, imediato, sem obstáculos entre os grupos do movimento e entre os grupos e seus parceiros. O processo de comunicação e interação ocorrido nas listas de discussão, grupos do *facebook*, *chats*, fóruns envolve discussões sobre questões importantes para o movimento. As discussões que poderiam ser feitas em espaços *offline* são sobre agendas de reivindicações, pautas de reuniões, estratégias de organização dos grupos, organização de ações. Esse processo configura a internet como esfera pública deliberativa, fato que traz como impacto para os grupos a aceleração de suas políticas e a viabilização de ações, mesmo a distância, entre os grupos e parceiros da ABGLT.

Como pôde ser observado, o surgimento de novos repertórios de ação não substituíram práticas políticas já existentes. Assim como outros movimentos sociais, o movimento LGBT combina uma variedade de repertórios políticos. Tal combinação, juntamente com a utilização das mídias sociais digitais, traz desdobramentos para as ações políticas dos grupos. Primeiramente, temos uma interconexão entre práticas *online* e *offline*, na qual as ações *online* dão apoio e fortalecem ações *offline*. Em segundo lugar, temos uma alteração na dinâmica organizacional dos recursos para o trabalho de mobilização, o que não implicou na substituição dos recursos tradicionais de comunicação e da interação face a face, mas sim na suplementação dos recursos tradicionais e das interações “ao vivo”. Além disso, observamos que o impacto do uso da internet é seletivo, pois de acordo com a atividade a ser executada, com o público que se deseja atingir e com os recursos que o grupo possui, as mídias sociais digitais podem se configurar como mais um meio de mobilização, como o recurso exclusivo para a ação ou, simplesmente, não ser utilizadas.

As mídias sociais digitais também servem como ambiente no qual os grupos do movimento podem reunir as informações importantes sobre o grupo, sobre suas conquistas. Ambiente em que as entidades podem disponibilizar seus materiais de trabalho, divulgar suas atividades, orientar o seu público, postar e registrar as notícias que julguem relevantes.

A utilização de recursos como *blogs*, *sites*, *facebook* tem gerado práticas comunicativas que consistem nas divulgações de informações do movimento para o seu

público e para a população em geral, o que é fundamental diante de um cenário no qual os grupos que defendem os direitos da comunidade LGBT não possuem acesso regular ao espaço de visibilidade nos meios de comunicação massivos. Outra prática comunicativa implica em uma articulação entre os meios de comunicação massivos e as estruturas digitais de comunicação dos grupos, nas quais opiniões, considerações sobre fatos que foram trazidos à cena pública por outras mídias são divulgadas para o público em geral e complementam, aprofundam e qualificam as informações já existentes. As práticas comunicativas geradas a partir dos usos do ciberespaço são imprescindíveis para uma luta política a favor do respeito à diferença, igualdade de direitos e justiça e, por consequência, para o aprofundamento da democracia.

Referências Bibliográficas

ABERS, Rebeca, SERAFIM, Lizandra e TATAGIBA, Luciana. **A participação na era Lula: repertórios de interação em um Estado heterogêneo.** 35º Encontro Anual da ANPOCS, 2011. In: http://www.ifch.unicamp.br/nepac/sites/default/files/publicacao/2011-artigo-abers_rebecca_serafim_lizandra_tatagiba_luciana.pdf/ Acesso em 29/06/2012.

ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar; PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; BURGOS, Marcelo Pimental dos Santos. **Sociedade Civil Organizada e Novas Tecnologias de Comunicação e Informação: ação cidadã e implementação de políticas públicas na cidade de São Paulo.** 35º Encontro Anual da ANPOCS. In: http://www.anpocs.org.br/porta1/index.php?option=com_wrapper&Itemid=94 . Acesso em: 05/12/2011.

BERG, Bruce L. **Qualitative Research Methods for the Social Science.** Boston: Allyn and Bacon, 2001.

DADNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J; PANFICHI, Aldo. **Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina.** In: A Disputa Pela Construção Democrática Na América Latina / Evelina Dagnino, Alberto J. Olvera e Ando Panfichi (orgs.). São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.

EISENBERG, José. **Internet, democracia e República.** Dados, Rio de Janeiro, v. 46, n.3, 2003. Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000300003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 fev. 2010. doi: 10.1590/S0011-52582003000300003.

FACCHINI, Regina: **Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e Produção de Identidades Coletivas nos Anos 90-** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACHINI, Regina e FRANÇA, Isadora Lins França. **De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento lgbt brasileiro.** Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana ISSN 1984-6487/n.3 - 2009 -pp.54-81 .In: http://www.google.com.br/search?rlz=1C1FDUM_enBR486BR486&sugexp=chr

[ome.mod=12&sourceid=chrome&ie=UTF-8&q=FACHINI%2C+Regina+e+FRANÇA%2C+Isadora+Lins+França.+De+core+s+e+matizes%3A+sujeitos%](http://ome.mod=12&sourceid=chrome&ie=UTF-8&q=FACHINI%2C+Regina+e+FRANÇA%2C+Isadora+Lins+França.+De+core+s+e+matizes%3A+sujeitos%3A). Acesso em 29/06/2012.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**/tradução Roberto Cataldo Costa; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva- Porto Alegre: Artemed, 2009.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. **Lutas por reconhecimento dos surdos e conversação política no Orkut: Quando temas sensíveis definem a trajetória das discussões**. Internet e Participação Política no Brasil/orgs. Rousiley Celi Moreira Maia, Wilson Gomes, Francisco Paulo Jamil Marques.Porto Alegre Sulina, 2011.

GOMES, Wilson. **Participação Política e Internet: Conceitos fundamentais**. Internet e Participação Política no Brasil/orgs. Rousiley Celi Moreira Maia, Wilson Gomes, Francisco Paulo Jamil Marques.Porto Alegre Sulina, 2011.

HAVE, Paul T. **Understanding Qualitative Research and Ethnomethodology**. London: Sage, 2004.

LAVALLE, Adrián Gurza, CASTELLO, Graziela, BICHIR e Renata Mirándola. **Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais**. Política e Sociedade. número 5. In : <http://www2.ids.ac.uk/gdr/cfs/pdfs/Quando%20novos%20atores2004.pdf> / Acesso em 29/06/2012.

LYCARIDÃO, Diógenes. **Internet e movimento ambientalista: Estratégias do Greenpeace para a Sustentação de Debates na Esfera Pública**. In: Internet e Participação Política no Brasil/orgs. Rousiley Celi Moreira Maia, Wilson Gomes, Francisco Paulo Jamil Marques.Porto Alegre Sulina, 2011.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. **Internet e esfera civil: Limites e alcances da participação política**. In: Internet e Participação Política no Brasil/orgs. Rousiley Celi Moreira Maia, Wilson Gomes, Francisco Paulo Jamil Marques.Porto Alegre Sulina, 2011.

Democracia e a Internet Como Esfera Pública

Virtual: Aproximando as Condições do Discurso e da Deliberação. Universidade Federal da UFMG, 2001. Disponível em: <http://vsites.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley2001.pdf>> acesso em: 26 fev.2010.

Redes Cívicas e Internet: efeitos democráticos do associativismo. In: www.puc.sp.br. Revista Aurora, 2008.

MIOLA, Edna. **Iniciativas institucionais de deliberação online.** Um estudo do fórum de discussão do portal Câmara dos Deputados. In: Internet e Participação Política no Brasil/orgs. Rousiley Celi Moreira Maia, Wilson Gomes, Francisco Paulo Jamil Marques. Porto Alegre Sulina, 2011.

MITRE, Maya, DOIMO, Ana Maria e MAIA, Rousiley. **Movimentos sociais, Internet e novos espaços públicos: o caso da DH Net,** 2003. In: <http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/2003-1%20062-092%20maya%20mitre.pdf> , acesso em 30/06/2011.

MORIGI, V. José e COSTA S. V. Teresa. **Minorias e Práticas Comunicacionais: As lésbicas on line** .VII Congresso brasileiro de ciencias da comunicação da região sul (pp. 1-14). Passo Fundo rs: Intercom- sociedade brasileira de estudos interdisciplinares da comunicação. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0014-1.pdf>> acesso em 26 fev.2010.

NORRIS, Pippa. **Democratic Phoenix:** Reinventing Political Activism. Cambridge University Press, New York, 2002

PEREIRA, Marcos Abilio. **Internet e mobilização política** - os movimentos sociais na era digital. IV Encontro da Compólítica. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 13 a 15 d abril de 2011.

RITCHIE, Jane; LEWIS, Jane. **Designing and selecting samples.** In: **Qualitative Research Practice.** London: Sage, 2003.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Quão deliberativas são discussões na rede?** Um modelo de apreensão da deliberação online. In: Internet e Participação Política no

Brasil/orgs. Rousiley Celi Moreira Maia, Wilson Gomes, Francisco Paulo Jamil Marques. Porto Alegre Sulina, 2011.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. **Estado, Projetos Políticos e Trajetórias Individuais: Um Estudo Com As Lideranças Homossexuais Na Cidade de São Paulo.** Dissertação de Mestrado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SILVA, Flávio Santos; FILHO Claudionor Gomes da Silveira; ARAÚJO Ronaldo Ferreira. **midias sociais e cidadania: do apoio à mobilização do ciberativismo em torno do #25jan #egypt.** XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 2011.

SIMÕES, Assis Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris- movimento homossexual ao LGBT.** Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político.** Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópoles, Rio de Janeiro. Vozes, 2009.

TARROW, Sidney; MCADAM, Doug; TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político.** Lua Nova, São Paulo, 76: 11-48, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a02.pdf>. Acesso em: 23 de julho de 2010.

TATAGIBA, Luciana. **Relação entre movimentos sociais e instituições políticas no cenário brasileiro recente-** Reflexões em torno de uma agenda preliminar de pesquisa. In: http://www.ifch.unicamp.br/nepac/sites/default/files/publicacao/2009-artigo-tatagiba_luciana.pdf / Acesso em: 29/06/2012.

TILLY, Charles. **Popular Contention in Great Britain, 1758-1834.** Cambridge, MA: Havard University Press, 1995.

Anexos

Anexo I- Perfil completo dos entrevistados

Estado: Rio de Janeiro

Jéssica

Jéssica pertence ao Movimento Dellas do Rio de Janeiro, capital. A associação a qual pertence surgiu em 1993. Seu público alvo são mulheres lésbicas, bissexuais, pessoas trans. A associação tem uma amplitude de atuação nacional “quando se trata de campanhas e eventos, estadual no trabalho cotidiano” (palavras da entrevistada).

Jéssica é co-fundadora do grupo Somos-RJ e milita desde 1978. Segundo suas palavras: “Então desde 1978 estou na luta pelos direitos LGBTs, direitos da mulher e contra HIV/AIDS”. Na ABGLT, Jéssica ocupa o cargo de diretora executiva.

A entrevista com Jéssica não pode ser feita da maneira que planejei, ou seja, via *Skype* ou por telefone, pois ela é deficiente auditiva. Adaptei o roteiro da entrevista semi-estruturada, para um questionário com perguntas fechadas e abertas e o enviei para ela por *e-mail*. Jéssica mostrou-se bastante receptiva à pesquisa na qual estava participando. Sempre respondeu aos meus recados no *facebook*, e enviou em menos de três dias o *e-mail* com o questionário respondido.

Fazer um questionário com perguntas abertas por e-mail não se mostrou uma boa opção, pois as respostas da entrevistada foram curtas e algumas vezes, ela não respondeu ao que foi pedido. Talvez, teria sido mais produtivo uma entrevista via MSN, mas como Jéssica foi a primeira a responder às minhas perguntas isso não passou pela minha mente. Acredito que seria mais produtivo porque eu poderia ter interpelado a entrevistada no momento em que eu achasse oportuno, e isso poderia ter produzido respostas mais concretas e com mais informações.

Vinícius

Vinícius pertence ao Grupo Diversidade Niterói. O GDN foi fundado em 2004 e sua sede se localiza em Niterói. Seu público alvo é LGBT como um todo e a associação também tem um trabalho muito forte com jovens. Segundo Vinícius, o GDN tem um foco um “poquinho” maior para a área de juventude e esse é o trabalho que o grupo tem feito com mais ênfase ultimamente. O GDN também trabalha com profissionais do sexo, trabalha com pessoas idosas e faz trabalho de prevenção.

Quanto à amplitude de atuação da associação, o GDN é uma entidade municipal, sua base é local. O grupo também possui parcerias e relações com outras associações do estado do Rio de Janeiro, tais como o Arco Íris do Rio de Janeiro, o Cabo Frio da cidade de Cabo Frio, o Grupo Pluralidade e Diversidade (GPD) de Caxias. Esses grupos se organizam no Fórum Estadual de Grupos LGTBs para discutir a pauta estadual. Segundo Vinícius, por causa disso, os grupos locais acabam tendo uma atuação estadual, no sentido de “organizar a luta estadual” (palavras do entrevistado). Vinícius, ainda em sua apresentação, me disse que Niterói tem certa importância política no estado do Rio. Niterói fica localizada do lado da segunda maior cidade do Estado do Rio de Janeiro e se compreende como um polo político da região, um dos motivos é porque Parada de Niterói é mais forte do que a de São Gonçalo:

Niterói é antiga capital do estado, antes de Brasília virar a capital do país, Niterói era a capital do estado do Rio. Então Niterói é uma cidade que tem uma certa importância política no estado do Rio e ela é dividida pela baía de Guanabara: do lado de lá é o Rio e do lado de cá tem Niterói. Então Niterói tem uma relação com os municípios de cá da Baía de Guanabara. Então, se você pegar a segunda maior cidade do estado que é São Gonçalo, ela é vizinha de Niterói. Então Niterói erradia política para São Gonçalo. Então se você pegar Niterói, São Gonçalo e Maricá que são as três cidades uma do lado da outra, então Niterói na verdade é o polo político das três cidades. Niterói tem 400 mil habitantes, São Gonçalo tem 1 milhão, mas todo mundo que milita em São Gonçalo, na verdade milita aqui com a gente, né? Tem grupo lá, mas os grupos de lá não são fortes de verdade, a parada de lá não é forte. Então se você pegar a daqui é muito mais forte. Metade da nossa diretoria as pessoas são de São Gonçalo, por exemplo. Então Niterói tem essa relação, um pouco também polo de uma região, né? A gente chama de leste fluminense (palavras de Vinícius).

A entrevista com Vinícius foi realizada pela internet, via Skype. Vinícius estava utilizando a rede *wireless* de sua associação em seu *notebook*. A conexão da internet foi

muito boa, não houve nenhuma dificuldade, como “queda” da transmissão da voz, ou transmissão lenta. Fizemos a entrevista com transmissão de vídeo e áudio. O entrevistado se mostrou muito interessado pela pesquisa. Depois que o roteiro de perguntas foi cumprido, continuamos a conversa sobre assuntos da militância LGBT.

Estado: Bahia

Kimberly

Kimberly pertence à Associação de Travesti de Salvador (ATRAS) e é vice-presidente da ABGLT. Nasceu no Maranhão, na cidade de Pedreiras. Chegou a Salvador na segunda metade da década de 1980. Em 1991, entrou para o grupo Gay da Bahia e começou a militar. Ficou nesse grupo até 1995, quando fundou a ATRAS. A ATRAS possui sede em Salvador. Seu público alvo são travesti e transexuais. Quanto à amplitude de atuação da associação, ela é estadual. Segundo Kimberly, a ATRAS foi a primeira associação de travestis e transexuais do Nordeste e, desde o início, possui o caráter de trabalhar em todo o estado da Bahia e em parceria com outros estados da região.

A entrevista com Kimberly foi pela internet, via Skype. Tivemos dificuldades na transmissão do áudio dela no começo da entrevista, pois sua conexão de internet era lenta. A entrevista não teve transmissão de vídeo devido ao tipo de conexão da internet de sua associação. Kimberly foi muito simpática e mostrou-se interessada na pesquisa.

Estado: Paraná

Fernando

Fernando é diretor executivo do grupo Dignidade que possui sede em Curitiba e também é presidente da ABGLT. O Grupo Dignidade surgiu no dia 14 de março de 1992. Tem como público alvo a população LGBT como um todo. A amplitude de sua atuação é Estadual.

A entrevista com Toni Reis foi a primeira via *Skype*. Ele estava em sua casa em Curitiba e durante a entrevista apenas respondeu o que lhe foi perguntado de forma sucinta. A conexão da internet foi muito boa.

Jorge

Jorge foi uma indicação da 2ª Suplente da Diretoria Executiva da ABGLT e presidente do Grupo Dignidade de Curitiba. Jorge tem 25 anos e pertence ao CEPAC. O CEPAC não está na lista das associações cujos representantes ocupam cargos na diretoria executiva, secretaria regional, conselho de ética e conselho fiscal da ABGLT. Segundo Jorge, o CEPAC é uma ONG (Organização Não Governamental) que existe desde 1995 em Curitiba. Suas áreas prioritárias são saúde, educação, direitos humanos e cultura. Quando perguntei sobre a relação do CEPAC com o grupo Dignidade, Jorge me disse que as duas associações trabalham em parceria e inclusive dividem o mesmo espaço físico. Elas trabalham dentro de uma mesma aliança que é a Aliança Paranaense Pela Cidadania LGBT. Mesmo trabalhando em parceria com relação às atividades desenvolvidas e dividindo o mesmo espaço físico, as duas associações prezam por suas autonomias. O Grupo Dignidade tem sua diretoria, suas atividades, o CEPAC da mesma forma. O CEPAC determina, por meio de suas assembléias, seus frequentadores, as atividades que executam sempre em parceria com o Grupo Dignidade e as demais organizações da Aliança Paranaense LGBT. Em relação ao público alvo Jorge me disse que:

O CEPAC do final de 2010 para cá, que foi a gestão anterior a minha, que também era um jovem que é o Igor, tem se caracterizado como uma organização mais para jovens. Assim, o CEPAC surgiu como uma organização técnica de capacitação, de dar workshop, de dar oficina e de um tempo para cá, na penúltima gestão e na minha agora tem se caracterizado como uma organização frequentada e com atividades voltadas para o público jovem, até porque acabou se caracterizando dessa forma porque o Mário²⁰, o outro coordenador, era um jovem e no início da gestão dele ele já iniciou com um projeto através de um convenio com a secretaria de Estado da Saúde e era um projeto voltado para jovens gays, para a formação de jovens ativistas gays. Então de lá para cá acabou tomando esse formato, e realmente, a minha gestão aqui no CEPAC, eu tenho direcionado os esforços mais para trabalhar com o público jovem mesmo, jovens LGBTs, jovens aliados (Palavras de Jorge).

Em relação à amplitude da atuação da associação, o CEPAC desenvolveu e desenvolve projetos a nível estadual e municipal, e, às vezes, há trabalhos de abrangência nacional. Jorge me disse que, no final do ano passado, a associação ganhou

²⁰ Nome fictício.

o prêmio “Educando Para a Diversidade”, e que a iniciativa foi do CEPAC. Segundo ele, o “Educando para Diversidade” é projeto um projeto nacional, mas que foi desenvolvido por organização do Paraná. Porém, mesmo com a realização de projetos de amplitude nacional, a maioria das ações tem abrangência local e estadual, ou seja, o foco das atividades do CEPAC é no estado.

A entrevista com Jorge foi via *Skype*. Ele se mostrou muito simpático e interessado na pesquisa. A conexão da internet foi boa, fizemos a entrevista com transmissão de áudio e vídeo sem problema algum.

Estado: Sergipe

Rony

A intenção antes de falar com Rony era entrevistar Laura²¹, uma travesti que é secretária de direitos humanos da ABGLT. Liguei algumas vezes para a associação a qual pertence em Aracajú, no entanto, Laura não pode me conceder a entrevista devido à falta de tempo em sua agenda. Tendo em vista a necessidade de substituir a entrevista com Laura, falei então com Rony, um rapaz gay que sempre atendia aos meus telefonemas. Rony tem 19 anos, milita há 5 anos e é secretário da mesma associação de Laura, a Astra: Direitos humanos e cidadania LGBT. A ASTRA surgiu em 2002 e sua sede é em Aracajú. Segundo Rony, a associação, no início, tinha como público alvo travestis e transexuais, porém, atualmente, abrange todo o “público LGBT, gays, simpatizantes, lésbicas, travestis, transexuais” (palavras do entrevistado). Quanto à amplitude de atuação da associação, Rony diz que:

O trabalho é bem amplo, juntamente com Tatiane temos trabalhos aqui nos interiores do estado. Trabalhamos mais assim em todo o estado de Sergipe e junto com outras ONGs também temos trabalho. O maior trabalho se torna a nível estadual (Palavras de Rony).

A entrevista com Rony foi via *Skype*. No início, tivemos problemas com a transmissão de áudio. A entrevista não teve transmissão de vídeo.

Estado: Minas Gerais:

Sara

²¹ Nome fictício.

Sara pertence à Associação Lésbica de Minas (ALEM) e é cofundadora da entidade. Desde que a entidade foi fundada encontra-se na militância.

Na ABGLT, ocupa o cargo de secretária suplente da região sudeste. A ALEM localiza-se em Belo Horizonte, surgiu em 1998 e tem como público alvo lésbicas e bissexuais. Quanto à amplitude de atuação da associação, ela é estadual.

A entrevista com Sara foi pelo telefone, um instrumento que eu tinha como segunda opção, caso os entrevistados encontrassem algum problema em utilizar o *Skype*. No caso da militante lésbica, chegamos a tentar o *Skype*, mas o computador de sua associação estava com problema na transmissão do som.

Caio

Caio é secretário de comunicação da ABGLT, militante do grupo CELLOS de Minas Gerais, uma organização que completou 10 anos esse ano, com sede em Belo Horizonte. Segundo Caio, o CELLOS surgiu oficialmente em 2002 em meio à necessidade de vários militantes gays, que vinham de outras organizações não só LGBT, mas também de alguns grupos do movimento estudantil e partidário, de se juntarem para formar um grupo que lutasse pelo direito dos homossexuais e combate a homofobia. O grupo alvo do CELLOS a princípio era gays. No entanto, em 2005, 2006, surge o núcleo de lésbicas, e posteriormente, em 2009, surge o grupo de travestis. O CELLOS tem uma atuação estadual. A entrevista com Caio foi realizada pelo telefone.

Estado: Rio Grande do Sul

Gabriela

Gabriela é uma travesti, com mais de 30 anos de militância. O seu trabalho é focado na questão dos direitos humanos das travestis. Ao responder sobre seu tempo de militância me contou sobre sua trajetória:

Nossa! Mais de 30 anos. Acho que quando surgiu a epidemia da Aids. Eu não sabia que era militante e nem se falava o que que é militante, o que que é ser militante. Mas a gente sempre atuava na questão, vamos supor: pessoas que sofriam as violações de direitos humanos, a gente atuava, eu sempre atuava nesse sentido, né? Mas não tinha associação, não tinha direitos humanos, não tinha nada, mas a gente sempre estava à frente na questão do respeito, da dignidade das travestis. Então em

98, quando já existia o GAPA²², né? Eu era convidada para participar do grupo de travestis e transexuais que trabalhavam dentro do GAPA, pessoas vivendo com HIV, que era bem no auge dos anos 80 que surgiu a epidemia da AIDS, e aí surgiu o GAPA, né? E aí a gente começou a trabalhar com um grupo de travestis, aonde eu lá dentro do grupo de travestis, eu e a Kátia²³, né? A gente decidiu, né? E mais algumas travestis, nós decidimos, né? Que a gente devia militar somente pras travestis, nós falamos por nós mesmas! Então a gente pensou, pensou, eu e a Kátia, né? Então no dia 25 de maio de 1999, a gente fundou a Igualdade – RS. Onde na época eu era funcionária pública, né? E a Kátia era profissional do sexo. Onde surgiu a Igualdade, para gente poder falar por nós mesmas. Ao longo do tempo, quando surgiu a Igualdade a gente não tinha sede, não tinha local, a gente dava oficinas em local público; a gente reunia as travestis dentro do Gapa, né? Mas a gente queria desvincular o GAPA com as travestis, porque travesti sempre foi sinônimo de epidemia da Aids. Aí ao longo do tempo, eu e a Kátia, a gente descobriu que a Aids não é o principal alvo das travestis, mas sim a questão do respeito e a dignidade acima de tudo com as travestis (...) Já nos anos 2000, a gente viu que as travestis não estavam preocupadas com a Aids, mas sim com a questão do respeito, da dignidade acima de tudo com a travesti de rua que não respeitada em lugar nenhum, nem no local onde morava, por isso que a gente milita mais na questão de direitos humanos das travestis (Palavras da entrevistada).

Como é possível perceber, Gabriela pertence ao grupo Igualdade- RS cujo público alvo é travestis e transexuais. A associação se localiza em Porto Alegre e surgiu em 25 de maio de 1999. Em relação à amplitude de atuação do Igualdade-RS, ela cobre as três esferas: municipal, estadual e nacional/federal. Segundo Gabriela, atualmente, a associação tem projeto de amplitude federal, financiado pelo ministério da saúde, que é o projeto Hepatite e dois projetos de abrangência estadual. Na ABGLT, Gabriela é titular do conselho de ética.

A entrevista com a fundadora do Igualdade-RS foi feita por telefone. Gabriela me disse que não gosta de usar alguns recursos da internet, como o *Skype* e por isso preferia conceder a entrevista por telefone.

Estado: Paraíba

Felipa

²² GAPA significa: Grupo de apoio a pessoas vivendo com HIV- AIDS.

²³ Nome fictício.

Felipa está há 15 anos no que chama de “militância de grupo organizado”. A associação de base dela é a Associação das travestis da Paraíba (ASTRAPA), pertence também a Articulação Nacional de Travestis (ANTRA) e a ABGLT, na qual é titular do conselho fiscal. Em relação ao surgimento da ASTRAPA, Felipa me disse:

A nossa associação surgiu pelo fato de que as travestis e transexuais já estavam em vários estados organizadas, e nós precisávamos ter uma associação que nos juntasse e que a gente pudesse discutir política, que a gente pudesse discutir as nossas especificidades, haja vista que nossas especificidades antes eram discutidas junto com o movimento gay, quer dizer a gente não tinha uma associação. Tinha a associação de gays e lésbicas, mas na Paraíba não tinha associação de travesti. Eu resolvi juntar as meninas e a gente fundou a associação da qual eu fui presidente durante 5 anos. A associação surgiu em dezembro de 2002 (Palavras da entrevistada).

O público alvo da ASTRAPA é Travestis e transexuais. Sua amplitude de atuação é estadual. A entrevista com Felipa foi pelo telefone, pois ela não tinha o *Skype*.

Anexo II: Roteiro da Entrevista Semi Estruturada:

- 1) A qual associação o Sr (a) pertence?
- 2) Onde ela se localiza (Sede)?
- 3) Quando a associação surgiu?
- 4) Qual o público alvo da associação a qual pertence?
- 5) Qual é a amplitude da atuação da associação (municipal, região metropolitana, estadual, nacional)?
- 6) Há quanto tempo está na militância?

Primeiro Bloco:

- 1) Pensando sobre as atividades cotidianas de sua organização, nelas há a utilização da internet?
() sim () não
- 2) Quais recursos da internet a associação utiliza no cotidiano?
() fóruns () salas de bate papo () listas de discussão por e-mail

conferências redes sociais
, qual (s)? twitter site da entidade
 outros portais, qual (s)?

facebook outro (s), qual (s)?

3) Com quais propósitos a associação utiliza esses recursos? Por favor, para cada propósito o (s) recurso.

4) Agora, cite os principais efeitos ao utilizar esses recursos. Por favor, para cada recurso o resultado. OBS: O efeito necessariamente não precisa ser positivo.

5) A sua associação possui um portal ou *site/facebook/blog* na internet?

sim não

6) Se sim, qual é a importância dele para a sua associação?

7) Poderia falar mais sobre o uso que a associação faz do portal?

8) Além da internet, quais outros instrumentos de mobilização sua associação utiliza? Cite exemplos.

9) Com quais propósitos a associação os utiliza? Por favor, para cada propósito, o (s) instrumento (s).

10) Quais foram os efeitos gerados ao utilizar esses instrumentos? Por favor, para cada instrumento o efeito? OBS: O efeito necessariamente não precisa ser positivo.

11) Dentre os instrumentos e recursos citados pertencentes à internet ou não, poderia me dizer quais são os que trazem ou trouxeram mais efeitos sobre as ações de mobilização da associação?

12) Como isso acontece ou aconteceu?

Segundo Bloco

13) Em que medida o Sr (a) acredita que a internet interfere no processo de definição de agenda de sua associação, adotando a escala onde 0 significa nenhuma interferência e 5 máxima interferência?

14) Como isso acontece?

15) Em que medida o Sr (a) acredita que a internet interfere no processo de organização de ações políticas de sua associação, adotando a escala onde 0 significa nenhuma interferência e 5 máxima interferência?

16) Como isso acontece?

Questões Essenciais Segundo Bloco:

1) A associação interage via internet com outros atores, tais como: () movimentos da comunidade LGBT () outros movimentos sociais

() partidos políticos () atores do legislativo () executivo () judiciário () organizações internacionais () outro (s) quais?

3) Quais são os recursos do meio digital utilizados nessa interação?

4) Como isso acontece?

5) Dentre os atores mencionados quais são os mais relevantes tendo em vista os interesses e objetivos de sua associação?

6) Quais são os efeitos dessas interações online? Cite exemplos concretos.

7) Pensando no movimento LGBT como um todo, o Sr (a) acredita que a internet está presente na sua articulação interna, ou seja, na relação entre as associações/ organizações que o compõem?

() sim () não

8) Tendo como referência uma escala de 0 a 5, onde 0 significa nenhuma presença e 5 máxima presença, em que medida os recursos disponíveis na internet interferem na articulação interna do movimento LGBT?

9) Como isso acontece?

10) Adotando como referência uma escala de 0 a 5 onde 0 significa nenhuma conexão e 5 máxima conexão, em que medida o seu movimento tem articulações ou está conectado às redes internacionais, movimentos ou órgãos internacionais?

11) Poderia me dizer em que medida a internet está presente nessas articulações, adotando a escala onde 0 significa nenhuma presença e 5 máxima presença?

12) A internet possibilita a articulação do movimento com organizações/associações internacionais relevantes?

13) Como isso acontece?

14) Adotando a escala onde 0 significa nenhuma presença e 5 máxima presença, em que medida o Sr (a) acredita que a internet interfere na relação entre o seu movimento e atores

do legislativo (Colocar o número) executivo (Colocar o número) judiciário (Colocar o número)

15) Dentre os atores citados anteriormente, quais são os mais relevantes tendo em vista os objetivos de sua associação?

Organização em redes e a internet

18) A sua associação participa de um conjunto de grupos que compartilham ideais, definem agendas, formulam ações, traçam estratégias políticas?

() sim () não

20) Em que medida o Sr (a) acredita que a internet está presente na organização/estrutura da rede, adotando a escala onde 0 significa nenhuma presença e 5 máxima presença?

21) Como isso acontece?

22) Em que medida o Sr (a) acredita que a internet está presente no processo de definição de agenda da Rede, adotando a escala onde 0 significa nenhuma presença e 5 máxima presença?

23) Como isso acontece?

24) Em que medida o Sr (a) acredita que a internet está presente no processo de organização de ações políticas da Rede, adotando a escala onde 0 significa nenhuma presença e 5 presença?

25) Como isso acontece?

Utilização de instrumentos antes da internet

26) Antes do uso da internet, quais eram os recursos utilizados pelo seu movimento para se relacionar com outros grupos do movimento LGBT?

27) Como isso acontecia?

28) Antes do uso da internet, por meio de quais recursos o seu movimento se articulava/comunicava com associações e/ou órgãos internacionais?

29) Como isso acontecia?

30) Antes do uso da internet, por meio de quais recursos o seu movimento se articulava/comunicava com os partidos políticos, representantes do legislativo, executivo e judiciário?

31) Como isso acontecia?

32) Os recursos mencionados anteriormente são utilizados atualmente?